

Rebeca Araújo da Cruz

A FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO

Curso de Psicologia

FACHS – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Barueri

2012

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
FACHS – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

Rebeca Araújo da Cruz

A FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob orientação da Prof^a Dr^a Talitha Ferraz de Souza.

Barueri

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela graça alcançada.

À Maria, minha mãe e Ivan, meu pai, que forneceram condições para o meu crescimento pessoal e profissional, fornecendo um ambiente satisfatório, tanto materialmente quanto afetivamente. Sem eles, nada disso seria possível, pois me incentivaram e me sustentaram nesses cinco anos de formação, através de conselhos, apoio, dedicação e carinho.

Aos meus amigos que estiveram ao meu lado, me incentivando e, em especial ao Elton, que me presenteou com o livro base para esse trabalho A família e o desenvolvimento individual, de D. W. Winnicott.

Agradeço também aos amigos Kamila, Lucas, Wellington, Jesiel, Bianca, Bárbara, Marianna, Ruana e Jéssica, que sempre estiveram ao meu lado durante esse período da minha vida, incentivando e sendo compreensivos quando da minha ausência.

À Talitha, minha orientadora, que me acompanhou nesse processo tão importante para a minha formação, demonstrando sempre dedicação, me auxiliando com muita paciência, aconselhando e possibilitando a conclusão desse trabalho.

Ao Claudinei, professor de psicanálise, que introduziu na minha vida o autor Winnicott, sempre com muita sabedoria e quem me esclareceu muitas dúvidas sobre o mesmo.

Aos meus familiares, demais amigos e irmãos da igreja que me incentivaram, ajudaram através de orações e se importaram com os meus estudos.

Muito obrigada!

Rebeca Araújo da Cruz, 2012.

A FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO

Professor orientador: Dr^a Talitha Ferraz de Souza

Resumo: Este é um trabalho teórico e reflexivo sobre as contribuições da família no desenvolvimento do indivíduo, que tem por objetivo discutir o quanto o ambiente familiar é importante para o desenvolvimento da criança. Uso, como referencial teórico, a psicanálise, e busco refletir sobre as diferentes configurações familiares presentes na sociedade contemporânea. Para isso, faço um levantamento histórico da instituição família, desde a época em que imperava a aristocracia até os dias atuais e, em seguida, busco fazer uma leitura da importância da família, baseando-me na teoria de Winnicott. A partir disso, faço uma reflexão sobre o quanto o ambiente, proporcionado à criança, pode interferir no seu desenvolvimento e como isso reflete na sociedade. Também tomo o fenômeno da *separação* conjugal, que está tão presente no mundo atual, para pensar quais suas interferências na vida do indivíduo. Procuro fazer uma discussão que busque uma interlocução com a prática profissional do psicólogo, refletindo sobre sua importância nas situações que envolvem a família e na apropriação dessas questões nos órgãos jurídicos que tratam, especificamente, dos conflitos familiares, como por exemplo, as *Varas da Família*.

Palavras-chave: Família, ambiente, desenvolvimento, sociedade, Winnicott.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
METODOLOGIA.....	8
I. HISTÓRIA DA FAMÍLIA	9
II. FAMÍLIA... PARA ONDE ELA CAMINHA?	17
A família Recasada	20
A família monoparental.....	23
A família de casais homoafetivos	31
III. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA – Uma leitura Winnicottiana	37
IV. DISCUSSÃO – Interlocuções para a prática profissional	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

A família é uma instituição que vem sofrendo mudanças ao longo dos anos e adquirindo novas características, que são resultantes de profundas transformações ocorridas na sociedade no decorrer das últimas décadas. Portanto, assiste-se atualmente a uma enorme alteração nas estruturas familiares.

O mundo contemporâneo apresenta diferentes configurações familiares, o que gera questões sobre uma possível *crise* ou *dissolução* da família.

Pensando a família nesse panorama atual e me questionando sobre suas contribuições para o desenvolvimento do indivíduo, surgiu o interesse pelo tema, que me fez refletir sobre a seguinte questão: as novas configurações familiares trazem que tipo de interferências para o seu desenvolvimento?

A ideia de *ambiente*, elucidada por Winnicott, é o que norteia esse trabalho, a fim de propiciar uma discussão sobre a família como ambiente para o desenvolvimento da criança.

O tema acabou me trazendo outro questionamento, de cunho prático e me fez refletir sobre como o profissional de psicologia pode trazer contribuições frente a essas questões.

O interesse pela área jurídica me fez pensar sobre a atuação do psicólogo nas instancias jurídicas, que tratam, principalmente, das questões familiares, como por exemplo, *Varas de Família*.

Todas essas transformações, no âmbito familiar, chegam até nós, psicólogos, de diversas maneiras, seja numa terapia individual ou familiar, num grupo, etc., mas com tantos casamentos e separações, essas questões familiares estão presentes, principalmente, nas instâncias jurídicas das *Varas de Família*¹, um órgão judicial em que os psicólogos precisam se apropriar cada vez mais. Pois, com os altos índices de separações, são nesses órgãos que se discutem e determinam a guarda dos filhos e o que será melhor para a criança.

Para poder refletir sobre essas decisões, é necessário conhecer o que vem

¹ Instância jurídica que trata de assuntos relacionados aos direitos da família, como guarda de filhos, pensão, etc.

acontecendo com as famílias e qual a importância dela na vida do indivíduo, principalmente, em desenvolvimento, além de refletir sobre o que uma separação pode causar na criança. O que nos faz pensar sobre o quão é importante a presença de alguém que oriente os pais, juízes e operadores de direito nessas questões.

Dolto (1989) discute algumas dessas questões em seu livro *Quando os pais se separam*. A autora destaca a importância da criança nesse processo, o que muitas vezes é deixado de lado, já que o foco é voltado inteiramente para os pais que estão passando por uma separação.

É importante atentar-nos para as interferências que essa situação pode causar na vida da criança, procurando priorizar um bom ambiente para o seu desenvolvimento, ainda que seus pais não estejam mais juntos.

Para elucidação de todas essas questões, este trabalho está estruturado da seguinte maneira:

No Capítulo I abordarei a família sob o ponto de vista histórico, percorrendo sobre sua história desde a época da aristocracia até a burguesia, enfatizando as mudanças ocorridas ao longo dos anos.

O capítulo II tratará da família contemporânea, elucidando diversas questões sobre as diversas configurações familiares existentes no mundo atual. Essas mudanças, nos modelos familiares, são resultados de mudanças sociais, já que a família é uma instituição histórica e social.

A título de ilustração de alguns *novos* modelos familiares, falarei mais pontualmente, sobre três modelos familiares: *a família recasada*, *a família monoparental* e *a família de casais homoafetivos*.

No terceiro capítulo abordarei a família, não mais do ponto de vista histórico, mas sim psicológico. Para isso, tomarei como referencial teórico, alguns escritos do psicanalista D. W. Winnicott que tratam da importância da família para o desenvolvimento do indivíduo.

No capítulo IV farei uma discussão abordando as questões sobre as configurações familiares atuais e alguns conceitos teóricos, pensando em como todas essas mudanças afetam e se afetam no desenvolvimento do indivíduo.

A partir disso, farei uma reflexão sobre a prática do psicólogo nesse contexto familiar, tomando como ponto de discussão um fenômeno atual: a separação.

Refletir sobre a história, mudanças e contribuições da família no desenvolvimento do indivíduo é de extrema importância, ainda mais com tantas mudanças nas configurações familiares.

Este é um campo que o profissional de psicologia precisa se apropriar mais a cada dia, pois hoje há várias questões que envolvem a família. Visto que, no mundo contemporâneo há diversos modelos familiares e diversas famílias rompidas, acredito que seja de extrema relevância a discussão desse tema família.

METODOLOGIA

Este é um trabalho teórico, reflexivo baseado em livros e artigos existentes sobre o tema família e que tem por embasamento teórico a psicanálise. Utilizei alguns autores importantes para o tema, que discutem a fundo as questões familiares.

O primeiro deles foi Reis (2010) que fez uma releitura de Poster, ao escrever sobre a história da família, desde a aristocracia até os dias atuais.

Féres-Carneiro também foi importante para este trabalho, por ser uma autora que publicou diversos artigos discutindo família e contemporaneidade. O que me ajudou a refletir um pouco mais sobre as questões atuais que envolvem casamentos e separações.

Alguns outros autores foram relevantes para a discussão da família na atualidade, pois pretendi tomar três exemplos de configurações familiares mais presentes nos dias atuais, que são elas: *família recasada*, *família monoparental* e *família de casais homoafetivos*.

O autor “chave” para este trabalho foi D. W. Winnicott. Escolhi trabalhar com ele, pois suas obras foram dedicadas, em sua maior parte, a falar do desenvolvimento do indivíduo e interferências do ambiente nesse desenvolvimento.

Winnicott discute a importância da família para o desenvolvimento da criança, principalmente em seu livro, *A Família e o Desenvolvimento Individual*, que serviu de base para esse trabalho.

Também foram utilizados alguns autores que comentam sobre a obra de Winnicott e que discutem a importância da família no desenvolvimento do indivíduo

Outra autora importante foi Françoise Dolto, que me ajudou a pensar a questão prática do fenômeno *separação* e o quanto esta afeta a vida da criança.

O seguinte trabalho propõe um levantamento histórico da instituição família ao longo dos anos, além de uma discussão onde haja uma articulação entre os autores e a família na sociedade contemporânea.

I. HISTÓRIA DA FAMÍLIA

A instituição *família* sempre existiu, desde os tempos mais primitivos. Porém, sua estrutura veio se modificando ao longo da história, o que proporcionou mudanças no campo da família nos dias de hoje.

Para compreendermos as principais mudanças nos modelos familiares, farei uma descrição histórica, a partir do século XVI, onde imperava a Aristocracia. Para isso, tomarei como base a obra de Mark Poster, referenciado por Reis (2010), que aponta quatro principais modelos de família:

- 1) A Família Aristocrata
- 2) A Família Camponesa
- 3) A Família Proletária e
- 4) A Família Burguesa

A Aristocracia² foi uma “forma de governo que concentrava o poder em um pequeno grupo de pessoas: *a elite*.”

Normalmente as pessoas desse grupo eram de classes dominantes, como por exemplo, grandes proprietários de terras.

Nessa época o casamento era considerado um ato político, do qual dependia a manutenção das posses da família.

A família aristocrata habitava no castelo, que abrigava, além da família “nuclear”³, parentes, dependentes, criados e clientes. Esse modelo familiar é chamado de “família extensa”, onde convivem no mesmo espaço diferentes gerações.

A habitação aristocrata não permitia nenhum tipo de privacidade e a intimidade das pessoas era pública. As condições sanitárias eram precárias, o que contribuía para um alto nível de mortalidade infantil.

Com relação às funções dos membros da família, o pai tinha autoridade absoluta e incontestável, assim como a figura do rei no espaço público. A mulher era vista como mera reprodutora e quem cuidava da organização da vida social no

² Na Grécia antiga, a aristocracia foi, nos séculos VII e VI a.C., um regime de transição entre a monarquia e a tirania, à qual sucedeu a democracia. (Enciclopédia Larousse Cultural, ...)

³ O termo nuclear refere-se a configuração familiar formada pelo marido, esposa e filhos.

castelo. Os filhos não eram criados pela mãe e, quando bebês eram amamentados pelas amas-de-leite e entregues aos cuidados dos criados. Devido a essas relações, a identificação das crianças com os pais ficava desfavorecida, já que elas tinham seu primeiro vínculo estabelecido com as amas-de-leite e depois eram educadas por várias pessoas que habitavam o castelo e, até mesmo, em outras casas nobres. Isso dificultava a formação de um laço afetivo com os pais.

O aprendizado era dirigido para obediência à hierarquia social e, para isso, utilizava-se castigo físico como método de ensino, ou seja, as crianças eram disciplinadas para obedecer às regras sociais.

Ao longo dos séculos XVI e XVII outro modelo de família se formou na sociedade entre a população que vivia em aldeias: *A família camponesa*.

A configuração desta família era nuclear e, diferentemente da extensa, neste modelo viviam apenas pai, mãe e filhos na casa. Porém, apesar dessa unidade ser comum, este grupo social que habitava junto não era o mais importante para os seus membros. Era na aldeia que se configuravam os laços sociais e afetivos de dependência mútua entre seus moradores.

Esta comunidade regulava todo o cotidiano dos membros do grupo, como por exemplo, os namoros, casamentos, funerais, etc., todos estes eventos eram seguidos de rituais que envolviam todos os habitantes da aldeia.

Como se pode perceber a unidade *família* não era um espaço privado e os laços emocionais se estendiam para fora dela. As pessoas apenas moravam juntas, elas habitavam na mesma casa, simplesmente porque eram ligadas por laços consanguíneos, mas não por causa de laços afetivos, já que estes eram construídos fora da residência, na comunidade.

As crianças aprendiam a depender principalmente dos habitantes da aldeia e não dos pais.

Com relação à educação, assim como na família aristocrata, a família camponesa também dividia essa função entre os vários membros da comunidade. O aprendizado era dirigido para a obediência às normas sociais e, por vezes, com

punição física. Estas crianças, assim como as aristocratas, desenvolviam um juízo claro sobre as normas sociais externas que, quando desobedecidas, causavam sentimentos de vergonha ao invés de culpa, pois as pessoas “desobedientes” eram penalizadas por toda a comunidade. “*A aprovação das ações era externa, baseada em sanções públicas por toda a comunidade*” (Mark Poster, apud Reis, p. 107).

A criação dos filhos era feita por várias pessoas da aldeia, favorecendo assim o surgimento de diferentes vínculos, o que fazia com que as crianças tivessem vários objetos de identificação dispersos por toda a aldeia.

A mãe se dividia entre cuidar do filho e trabalhar no campo, por causa disso o enfaixamento dos bebês (envolvê-lo num pano/manta de forma a que fique bem aconchegado) era comum. A amamentação das crianças era feita sem nenhum envolvimento emocional.

Devido a falta de espaços de privacidade na casa, os filhos se familiarizavam cedo com o ato sexual, já que dormiam junto com os pais.

Embora diferindo da família aristocrata, a família camponesa ainda apresentava traços comuns àquela, como por exemplo, sua configuração familiar não valorizava a domesticidade e a privacidade. Apesar desta família se formar no modelo nuclear, ainda assim, sua vida era voltada para fora.

Em meados do século XVIII e começo do século XIX é iniciada a Revolução Industrial, primeiro na Inglaterra e mais tarde no mundo. Com o início da industrialização, a família camponesa migrou para as áreas urbanas, o que deu origem a uma outra configuração familiar: *A família proletária*.

Essa era uma época de extrema pobreza, então todos os membros da família trabalhavam em longas jornadas, que duravam de 14 a 17 horas. As crianças, a partir dos 10 anos de idade, já iam para as fábricas trabalharem.

As condições sanitárias e de higiene em que viviam os trabalhadores e sua família eram precárias, o que favorecia, assim como nas épocas passadas, a mortalidade infantil.

Na primeira fase dessa configuração familiar, o proletariado conservou

vários costumes camponeses e ela foi caracterizada por formas comunitárias de dependência e apoio mútuo. Assim como nos modelos anteriores, as crianças conviviam numa ampla rede de relacionamentos com adultos, pois na maioria das vezes eram criadas por indivíduos da comunidade de maneira informal, pois os pais não tinham tempo para se dedicar à atenção e fiscalização dos filhos.

No segundo estágio da família proletária, que correspondeu à segunda metade do século XIX, houve uma melhoria nas condições de trabalho dos operários. Essa fase é marcada por uma diferenciação dos papéis sexuais: as mulheres passaram a ficar mais tempo em casa com os filhos e os homens mais tempo trabalhando nas fábricas. As relações sociais masculinas estabeleciam-se na fábrica e no bar, já as mulheres desenvolviam uma rede social que integrava as mães, suas filhas e outras parentes.

O terceiro estágio, já no século XX, foi marcado pela mudança da família operária para os subúrbios, o que culminou no rompimento dos vínculos com a comunidade. Com isso a mulher passou a ficar isolada no lar e o homem no trabalho, valorizando assim a domesticidade e a privacidade. Essa alteração caracterizou a família como nuclear: pai, mãe e filhos.

Uma das transformações, na família, que ocorreu nesta época, foi o fato de que a educação e o futuro dos filhos passaram a ser prioridade da família. Uma característica que acompanhou essa mudança foi um reforço da autoridade paterna e o desenvolvimento do conservadorismo por parte de toda a família.

A família proletária é a mais próxima do modelo burguês, em termos de padrão familiar. Isso significa que houve um “aburguesamento” ideológico⁴ da classe operária no que concerne à vida familiar, já que neste período a família burguesa já havia se configurado na sociedade.

Por fim, e mais próximo do modelo familiar da nossa sociedade atual, nasce na Europa, em meados do século XVIII: *A família burguesa*. Esta configuração familiar rompeu com os modelos vigentes e criou novos padrões de relações

⁴ A expressão aburguesamento ideológico refere-se ao fato da classe operária compartilhar das mesmas ideias que a classe burguesa, no que diz respeito a vida familiar.

familiares. Esses novos padrões se caracterizavam pelo fechamento da família em si, o que marcou uma clara separação entre a vida privada e a pública, ou seja, a casa e o local de trabalho. Sendo o trabalho o império da razão, onde as relações deveriam ser norteadas pela frieza e pelo calculismo, a residência passou a ser o espaço exclusivo da vida emocional e o local onde a mulher passaria sua vida em reclusão.

Outra transformação que aconteceu na família foi relacionada aos papéis sexuais. O marido se tornou responsável por prover o sustento material da casa, e era o possuidor da autoridade dominante, ele era considerado racional e capaz de resolver qualquer situação. Já a mulher ficou com a responsabilidade sobre a vida doméstica, a organização da casa e a educação dos filhos. Ela acabou se tornando totalmente dependente do marido, tanto materialmente quanto emocionalmente, principalmente por ser considerada menos capaz e mais emotiva que o homem, além de ter sua identidade determinada de acordo com a posição que o cônjuge ocupava no mundo extra-familiar. A mulher ficou a mercê do marido, já que seus laços com a comunidade foram desfeitos. Com isso, ela servia, obedecia e ajudava o marido, pois o sucesso dele representava o seu sucesso também.

Diferentemente dos outros modelos, o principal objetivo da família burguesa era a educação dos filhos, e a mãe como responsável por isso, ficou com todo o seu tempo investido em educar as crianças. A educação tinha como objetivo educar o sujeito para ser um homem autônomo, autodisciplinado, com capacidade para progredir nos negócios e dotado de perfeição moral, características que a burguesia considerava como ideal de homem.

Essa responsabilidade gerava na mulher dois sentimentos opostos: era valorizada por ser responsável pelo futuro dos filhos, mas também gerava tensão, pois ela seria culpada por qualquer desvio de conduta ou doenças nos filhos. Elas deveriam ser mães perfeitas, para que seus filhos também fossem perfeitos.

Um aspecto que adquiriu importância nessa configuração familiar foi o asseio, tanto das casas, como de seus moradores. A família burguesa definiu novos padrões de higiene que contribuíram para uma redução da mortalidade

infantil. Essa mudança significou uma alteração em como o ser humano era visto, ou seja, o indivíduo passou a ser levado em consideração, no sentido de que a higiene do ambiente em que eles viviam e até a sua própria higiene se tornaram fatos importantes para a sobrevivência e bem-estar das pessoas. Isso refletiu também na relação mãe-bebê, pois este passou a ser amamentado pela mãe, e este ato era cercado de medidas higiênicas. Isso proporcionou o envolvimento emocional da mãe com o seu bebê, que passou a receber atenção constante por parte das mães e a prática de enfaixamento dos bebês, existente principalmente na família camponesa foi abolida.

As práticas de limpeza se tornaram tão importantes, que constituiu um dos objetivos principais da educação. As crianças passaram a ser instruídas sobre o controle dos esfínteres. Elas aprendiam a identificar no seu corpo algo que deveria ser objeto de constante fiscalização e limpeza, pois seus corpos primavam pelo asseio e os dejetos humanos eram tidos como horror.

A família burguesa criou novos padrões para a sexualidade. As mulheres tiveram sua sexualidade interditada fora do casamento e uma restrição ao prazer sexual, ou seja, a atividade sexual feminina deveria restringir-se à procriação. O que fez com que o casamento fosse caracterizado por uma dissociação entre sexualidade e afetividade e, com isto, a família tornou-se o recanto do afeto, mas não do prazer sexual. Este passou a ser buscado fora do lar pelos homens.

Ao contrário dos modelos anteriores, a sexualidade infantil também sofreu repressão e ganhou lugar de destaque na família. As manifestações de erotismo na infância, como por exemplo, a masturbação, eram severamente punidas pelos pais e contava com apoio da medicina, que as apontavam como causadoras de diversas doenças. Isso fez com que se criassem dispositivos e ações médicas para combater qualquer manifestação de sexualidade.

A burguesia estabeleceu um novo quadro familiar que começou a tomar forma com a reclusão da família no lar, o que criou uma dependência dos filhos em relação aos pais. Em decorrência dessa nova realidade houve uma restrição das possíveis fontes de identificação para as crianças. Enquanto as crianças de outras épocas se defrontavam com uma ampla gama de possibilidades de

identificação, a criança burguesa tinha apenas as figuras parentais como objetos de identificação. E, antes da sua entrada na escola, quase não tinha contato com outras pessoas, o que restringia sua rede social.

Esse isolamento na família nuclear intensificou as relações afetivas entre seus componentes. As crianças ficaram na total dependência dos pais para satisfação de suas necessidades afetivas. Mas, para receber esse afeto elas precisavam cumprir determinadas condutas que os pais esperavam delas. A primeira exigência que se esperava da criança é que ela pudesse ter controle sobre ao seu próprio corpo. Essa era a aprendizagem básica, ela precisava renunciar o prazer corporal em troca do afeto dos pais. Esta característica unia amor à autoridade, pois para ter o amor dos pais, que era essencial, as crianças precisariam, por sua vez, amá-los, e esse amor era demonstrado na submissão e no corresponder às expectativas.

A situação conflitante que se estabelecia nas crianças, gerava um sentimento de ambivalência com relação aos pais, pois elas precisavam negar os prazeres corporais e isso provocava a cólera que era dirigida àquele que impede essa ação, que era a mãe, mas esta era também seu principal objeto de amor. Portanto, torna-se impossível transformar em ação o sentimento de ódio contra a mãe, como também é insuportável a idéia de odiar a mãe. Essa situação produz ambivalência e sentimento de culpa, e fornece as bases, como descrito por Freud, para a formação do superego.

A família burguesa, configurada nesse contexto social, gerava, criava e educava o cidadão para corresponder aos interesses dessa nova classe. O isolamento na família, a privacidade, a domesticidade, etc., contribuíam para a formação do indivíduo independente e autodisciplinado, capaz de exercer os papéis sociais que eram impostos pela sociedade.

Assim, a família gerou o burguês 'autônomo', um cidadão moderno que não necessitava de sanções ou apoios externos, mas estava auto motivado para enfrentar o mundo competitivo, tomar decisões independentes e bater-se pela aquisição do capital (Mark Poster, apud Reis, p. 113).

Baseado no histórico descrito até aqui, pode-se perceber que a família é influenciada pelo meio em que está ela inserida, e o modo como é organizada depende dos padrões sociais da época em que se constitui.

Nos dias atuais, novos e importantes elementos têm aparecido constantemente no panorama social, e a família não fica isenta a essas influências. Os movimentos feministas, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o grande repertório de informação (televisão, internet, etc.) e a tecnologia são alguns elementos presentes na sociedade contemporânea. Com todas essas mudanças ocorrendo, a família burguesa vem perdendo seu espaço na sociedade e novas configurações familiares vêm se formando.

Ainda assim, padrões da família burguesa continuam presentes, como por exemplo, a prevalência da divisão de papéis sexuais, onde o homem prioriza o trabalho e caracteriza-se pelo sentimento de auto-realização e autonomia, e a mulher ainda é responsável pela educação dos filhos e define-se pela dedicação ao marido e aos filhos.

Com isso podemos concluir que certas características fundamentais da família burguesa, típica do século XIX, que criou novos padrões para a vida familiar, adequados às necessidades da nova classe dominante, continuam presentes na família contemporânea. Entretanto, essa presença se dá parcialmente, porque hoje são outras as condições históricas em que vivemos. Abordarei esse fato no próximo capítulo.

II. FAMÍLIA... PARA ONDE ELA CAMINHA?

[...] ao homem criado desde pequenino para ser 'macho', 'durão' provedor e protetor, se cobra de repente que seja 'sensível', colaborador... Criado para competir na 'selva' do mercado de trabalho é agora convidado a dar mamadeiras, a trocar fraldas. Criado para prover, agora dele se espera que se reveze com a mulher nos cuidados com o bebê, enquanto ela sai, trabalha e ganha seu próprio dinheiro. À mulher criada desde pequenina para ser 'suave', 'sensível', 'compreensiva' e 'meiga', se cobra de repente que seja 'indiferente', 'competitiva', 'agressiva' no mercado de trabalho e que progrida profissionalmente (Cervený, apud Silva, [s.d.], p.05).

Esta epígrafe descreve um pouco sobre os papéis do homem e da mulher na família contemporânea. É possível perceber que estes papéis confundem-se cada vez mais, ficando difícil diferenciar o que é atribuído ao homem e o que é atribuído a mulher.

Essas mudanças nos papéis sociais do homem e da mulher, é um dos elementos que contribuem para que as tradições, no que diz respeito às configurações familiares, tornem-se cada dia mais difíceis de serem mantidas, e explica as grandes transformações que ocorrem na vida conjugal e familiar contemporânea, pois, os indivíduos não precisam mais seguir rigidamente as práticas tradicionais onde o homem e a mulher têm suas funções pré-determinadas.

Porém, há outros fatores que contribuem para as mudanças que ocorrem no campo da família, já que as estruturas familiares se configuram baseadas nos padrões sociais de uma determinada época. A família é uma organização histórica e social, pois à medida que o tempo passa e a sociedade muda, a família é afetada por essas mudanças, que causam uma reorganização em sua estrutura.

A organização familiar transforma-se no decorrer da história do homem. A família está inserida na base material da sociedade ou, dito de outro modo, as condições históricas e as mudanças sociais determinam a forma como a família irá se organizar para cumprir sua função social (Bock, Furtado e Teixeira. 1999, p. 248).

Atualmente é possível notar a existência de inúmeras formas de estrutura

familiar, como por exemplo, a família “recasada”⁵, a família monoparental, a família chefiada por mulher, a família composta por casal homossexual, entre outras. Ou seja, observa-se uma acentuada diferença entre as configurações familiares atuais.

Mas de onde surgem essas mudanças?

Nas últimas décadas diversas mudanças foram observadas na sociedade, entre elas estão: a diminuição de fecundidade e mortalidade, melhores condições de vida e saúde, os padrões de relacionamento entre os membros da família, o papel da mulher no casamento e fora do espaço doméstico, a legalidade do divórcio, etc.

As transformações e acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos que vêm acontecendo ao longo dos anos, são os eliciadores das transformações no campo da família.

Estas modificações e reestruturações na organização familiar apontam a conclusões que apesar de ainda ser prevalecente na sociedade atual, a família nuclear é um modelo idealizado e reproduzido culturalmente, mas que está passando há longo tempo por um período de transição. Momento este ligado a uma época onde impera o individualismo, a globalização, o consumismo desenfreado, a nova ordem econômica mundial, as novas tecnologias e outros fatores que modificam as relações de trabalho, as relações pessoais e consequentemente as relações familiares (Silva, [s.d], p. 02).

É notável que em nossa sociedade o modelo nuclear de família é predominante, porém, esta não é a única forma de configuração familiar no dias de hoje.

[...] tornou-se impossível classificar e principalmente julgar os bons e os maus” planos de família”- como poderíamos dizer de um “plano de carreira”. Alguns encontram o seu equilíbrio numa relação estável e fechada, uma célula voltada sobre si mesma que eles fortificam contra agressões e mudanças de qualquer tipo. Eles exigem muito dos seus parentes, mas em troca se prontificam a dar muito de si mesmos. Outros, ao contrário, nada querem sacrificar da sua aventura

⁵ O termo família recasada refere-se à família formada por pais separados. Essas pessoas realizaram novas uniões das quais resulta uma convivência entre os filhos dos casamentos anteriores de ambos, e os novos filhos do casal. É também conhecida como família reconstituída.

peçoal, preferem uma fórmula de família “ personalizada”, sem constrangimentos e sem obrigações, onde os indivíduos vêm basicamente recarregar as suas baterias antes de saírem mais uma vez pelo mundo afora (Collange apud Silva, [s.d.], p.01).

No trecho acima, a autora deixa claro a dificuldade em classificar os arranjos familiares atuais, pois, a família nos dias de hoje se estrutura de diferentes formas, ainda que façam parte de um mesmo contexto social. Ou seja, em uma dada sociedade encontramos diferentes configurações familiares.

Todas essas diferenças levam ao questionamento sobre se os novos arranjos familiares devem realmente ser considerados como família. Surge então o que alguns chamam de crise na família e a sua possível dissolução. Isso gera uma questão: até onde podemos afirmar que a família está mudando e quando começamos a falar em sua dissolução?

Penso que o enfraquecimento da instituição familiar, não diz respeito, necessariamente, a uma dissolução, mas sim ao surgimento de novas configurações familiares, que não conseguimos julgar como boas ou ruins, mas apenas diferentes.

Fala-se muito em crise da família, mas esquecemos que toda evolução permanente de qualquer fenômeno social implica transformação constante. Isso leva a diminuir o significado do passado, e passamos então a tudo observar, analisar e julgar exclusivamente sob a visão e compreensão atual ou contemporânea...” “a chamada ‘crise’ da família está sempre inscrita num contexto amplo de transformações sociais (Prado apud Silva, [s.d.], p. 01).

Collange, referenciada por Silva (s.d.), cita várias denominações para os novos arranjos familiares que encontramos nos dias atuais:

[...] família “casulo”, família “disneilândia”, família “clube”, família “moderna”, família “tradição”, família “cepa”, família “monoparental”, família “em Kit”, família “reconstituída”, família “aberta”, família “invisível”, família “new look”, família “nuclear”, família “comunitária”, família “fragmentada”, família “parceira”, família “de fusão” (p. 03).

Os novos modelos de família se baseiam na união livre, na

monoparentalidade, no recasamento (famílias reconstituídas formadas por padrastos, madrastas, meio-irmãos, ou por uma criança criada por um casal diferente daquele que a gerou), nas mães solteiras, nas uniões homoafetivas, etc.

A partir dessas considerações, pretendo, neste capítulo, aprofundar-me um pouco mais nos novos arranjos familiares que estão mais presentes no mundo atual.

A Família Recasada

A nova família, neste caso, se constrói sobre ciclos vitais interrompidos de famílias anteriores e, devido, principalmente, ao envolvimento dos filhos do primeiro casamento, podem surgir vários tipos de conflitos e sentimentos (Maldonado apud Ribeiro, 2005, p. 04).

Na atualidade, observa-se um número crescente de separações, sendo que, em muitos casos, as pessoas voltam a se casar. Assim, é possível encontrar um número significativo de famílias chamadas “recasadas” ou “reconstituídas”, nas quais, após a separação do primeiro casamento, um dos pais ou ambos voltam a constituir outra família. Ou seja, em decorrência dos divórcios, muitos casais têm se organizado “recompondo” a família. É nesse contexto que entra a figura da madrasta, padrasto, meio-irmão⁶ e enteado.

Essa configuração familiar tornou-se possível e tem seu reconhecimento através da lei do divórcio, da qual falarei mais precisamente no segundo subtítulo deste capítulo.

As famílias reconstituídas enfrentam um complexo processo adaptativo, pois, seus membros trazem bagagens, tanto emocionais quanto físicas, do relacionamento anterior, para a nova família.

As autoras Carter & McGoldrick, referenciada por Ribeiro (2005), falando sobre esse assunto, afirmam que há pelo menos três conjuntos de bagagem

⁶ Meio-irmão, aqui, refere-se a irmãos por parte de apenas um dos cônjuges, como por exemplo, irmãos por parte de pai, onde o pai tem um filho de uma relação anterior e um filho da relação atual, esses dois filhos constituem-se meio-irmãos.

emocional que o indivíduo leva para o novo relacionamento, sendo: 1) a bagagem emocional da família de origem, 2) a bagagem emocional do primeiro casamento e 3) a bagagem emocional do processo de separação, divórcio e do período entre os casamentos.

Além das bagagens emocionais, o fato de haver um curto espaço de tempo para um ajustamento a tudo isso, também contribui para que essa adaptação a nova família seja complexa. Como afirma Ribeiro (2005):

Geralmente, no primeiro casamento, ou em casamentos subsequentes em que não haja filhos de uniões anteriores, a chegada dos filhos ocorre após um ajuste inicial do casal. Em famílias de recasamento com filhos este tempo não existe, obrigando seus membros a ajustes múltiplos (marido-mulher/padrasto/enteado) e a uma readaptação da rotina diária (p. 04).

O processo de construção dessa nova configuração familiar obriga seus membros a desempenharem papéis diferentes dos que estavam habituados, o que culmina, muitas vezes, numa difícil adaptação. O homem/mulher que não tinha filhos ou que era chamado de pai/mãe, agora tem que se adaptar ao papel de padrasto/madrasta. A criança que era filha única, agora é enteada do cônjuge do pai/mãe e ganha um irmão, quando esse cônjuge também tem filhos.

Todos esses laços de parentesco acabam gerando conflitos e sentimento que

[...] vão desde a dificuldade em nomear os novos papéis à convivência entre meio-irmãos, passando pelos conflitos de lealdade aos pais biológicos e o exercício da autoridade (Ribeiro, 2005, p. 04).

Devido a todas essas circunstâncias de bagagem emocional e curto espaço de tempo para uma adaptação, as relações estabelecidas neste modelo de família são complexas e esta, muitas das vezes, é vista como disfuncional. Féres-Carneiro (1998), alerta para esse fato:

Há uma complexidade maior na constituição familiar: às vezes oito avós, irmãos, meio-irmãos, filhos da mulher do pai, filhos do marido da mãe. É preciso muita flexibilidade e originalidade para lidar com tudo

isso. E é importante não interpretar a complexidade das relações que se estabelecem nestas famílias como disfuncionalidade.

Diante deste cenário surgem algumas questões com relação à forma de exercício dos novos papéis, a autoridade e responsabilidade de cada um na nova família. De que forma cada um vai exercer sua autoridade? Como definir essa autoridade? Quem é o responsável pela família?

Todos esses questionamentos aparecem diante de uma família “reconstituída”, afinal, os papéis de madrasta/padrasto não estão esclarecidos na nossa sociedade e, na maioria das vezes, a imagem destes novos parentes é carregada de conotações pejorativas, até mesmo nos contos infantis, onde as madrastas da Branca de Neve e da Cinderela eram pessoas cruéis. Isso contribui para caracterizar de maneira desfavorável esses novos “familiares”.

Outro complicador é a relação das crianças com os pais biológicos, pois, ela pode contribuir para uma relação favorável ou desfavorável da criança com a nova família, já que o filho pode ter sentimentos de falta de lealdade com os pais biológicos ou até mesmo desafiar a autoridade do padrasto/madrasta em função dessa lealdade.

Ribeiro (2005) fazendo menção ao trabalho de Erera, afirma que:

Outros conflitos poderão surgir neste tipo de relação, seja nos primeiros anos do recasamento ou em alguma outra fase do desenvolvimento da vida familiar. Por exemplo, por parte do padrasto/madrasta pode haver sentimentos de culpa por não amar os filhos da outra pessoa, sentimentos de rejeição com relação a eles, expectativas de sentimentos de gratidão por parte do(a) enteado(a), dificuldades quando a assumir responsabilidades sobre a disciplina e educação dos enteados, entre outros. Em contrapartida, o novo casamento pode levar os enteados a idealizar o pai/mãe biológico com quem não residem mais e a suscitar conflitos de lealdade, pois eles tendem a ver a lealdade aos padrastos/madrastas como infidelidade para com seus verdadeiros pais (p. 30).

Podemos perceber que a construção dessa constelação familiar é complexa, pois, como citado no início deste subtítulo, ela se constrói sobre ciclos interrompidos de outras famílias e envolve, muitas das vezes, filhos do relacionamento anterior, o que exige o exercício de novos papéis e implica no

surgimento de conflitos e sentimentos diversos.

Bernstein, referenciado por Ribeiro (2005) comenta que:

[...] quando o padrasto ou a madrasta não competem com os enteados pelo amor e pela atenção do pai/marido ou da mãe/esposa (pessoa amada por ambas as partes), a relação entre eles pode se tornar profunda, trazendo benefícios para o relacionamento familiar como um todo (p. 29).

A Família Monoparental

A família monoparental ou unilinear desvincula-se da idéia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente, etc. (Diniz apud Santos & Santos, 2008, p. 08).

Com o grande aumento de divórcios e até mesmo de mulheres solteiras que desejam ter um filho, independente de um cônjuge, essa configuração familiar tornou-se comum na nossa sociedade, onde ela tem seu reconhecimento no parágrafo 4, do artigo 226, da Constituição Federal Brasileira, que diz: *“Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”* Isso significa que esta família é concebida quando uma pessoa encontra-se sem companheiro(a), mas vive com as crianças.

Santos & Santos (2008) extraem algumas características da família monoparental que facilitam sua compreensão.

A primeira característica desta família é o fato de contar com um só genitor para desempenhar os papéis de criação, convivência e manutenção da prole. A mãe ou o pai precisa desempenhar diferentes papéis para suprir as diversas necessidades da(s) criança(s), de modo que um só genitor desempenhe funções de duas pessoas.

Neste ponto reside a diferença básica, desta família para a biparental. Nesta, existem dois genitores, a função parental é

desempenhada em conjunto, de modo que ambos possam ter lugar na criação, convivência, educação e manutenção da prole. Na família monoparental, há apenas um dos genitores para desempenhar os dois papéis (Santos & Santos, 2008, p. 09).

Como segunda característica os autores apontam a presença do(s) filho(s), pois, é apenas uma pessoa para cuidar, criar e se responsabilizar por ele(s), e essa(s) criança(s) precisa(m) lidar com a situação de falta de um dos pais no convívio cotidiano.

As crianças, deste modelo familiar, têm de crescer e conviver com situações e problemas diferentes advindos da monoparentalidade, sendo o primeiro deles, a ausência de um dos pais no convívio cotidiano (Santos & Santos, 2008, p. 09).

Por ultimo há a situação que originou o modelo familiar monoparental, que se apresentam em diversas possibilidades, como por exemplo, divórcio, viuvez, adoção de um filho por uma pessoa solteira, etc.

Portanto, reunindo todos estes elementos podemos definir a família monoparental, como a entidade familiar compreendida por um único progenitor que cria e educa sozinho seus filhos, sendo esta unidade decorrente de uma situação voluntária ou não (Santos & Santos, 2008, p. 09).

A monoparentalidade é um fato que sempre existiu, porém nas últimas décadas esse fenômeno vem crescendo. Antigamente, esta configuração familiar estabelecia-se involuntariamente, por situações impostas, como por exemplo, a morte de um dos cônjuges. Já nos dias de hoje esse fenômeno é decorrente da manifestação da vontade humana, como no caso do divórcio, adoção realizada por pessoas solteiras, reprodução independente, etc.

Os autores Santos & Santos (2008) descrevem alguns fatores que contribuem para existência e o crescimento desse modelo familiar, entre eles estão: o celibato, o divórcio, a união livre, as mães solteiras, a viuvez, entres outros.

Discorrerei sobre alguns desses fatores, que considero de maior relevância

para a formação da família monoparental.

O celibato se refere à idéia da pessoa “não se comprometer”, de manter-se solteira. Na religião católica os padres são celibatários, pois não se relacionam e nem se casam. Mas, aqui neste trabalho, vamos considerar como celibatários, todas àquelas pessoas que não procuram um relacionamento estável.

O desgaste da instituição casamento e a situação econômica são os principais motivos que levam as pessoas a optarem pelo celibato.

Nos dias de hoje as pessoas preferem a formação profissional à formação de uma família. Já que assim elas levam uma vida de “solteira”, bem sucedida e sem grandes dificuldades econômicas.

Acredito que muitas das pessoas que optam por esse estilo de vida acabam formando uma família monoparental acidentalmente, como por exemplo, com uma gravidez indesejada, já que os celibatários têm vida sexual ativa, porém sem compromisso. Ou também por vontade de ter um filho numa determinada época da vida, como no caso de mulheres que acabam adotando uma criança ou optando pela reprodução assistida, o que contribui para o surgimento das mães-solteiras.

Essa questão das mães-solteiras⁷ não se reduz a um único tipo, pois existem as maternidades “involuntárias”, que são impostas e a maternidade voluntária, que foi a citada acima, onde as mães decidem ter e assumir os filhos sozinhas.

O divórcio é um outro fator determinante da monoparentalidade e merece uma atenção especial da nossa parte, pois considero-o o de maior relevância para a constituição desse modelo familiar, já que tem aumentado significativamente nos últimos anos e, também por ser um fator voluntário.

No caso do divórcio a monoparentalidade é ocasionada pela ruptura dos vínculos matrimoniais que tem como efeito a guarda dos filhos para um dos ex-cônjuges.

Porém, antes de entrar no tema “divórcio”, pretendo fazer uma discussão

⁷Hoje em dia há também os pais-solteiros, que criam seus filhos sozinhos.

mais ampla sobre casamento e alguns dados estatísticos dos últimos anos, relacionando as taxas de casamento com as taxas de divórcio.

Para existir o divórcio, precisa haver um casamento anterior, portanto, o que é o casamento?

Para responder a essa questão recorri ao dicionário Sacconi (2009)⁸, que traz as seguintes definições: “1. *União, normalmente, entre um homem e uma mulher, segundo as leis civis e religiosas; união conjugal; matrimônio: o casamento é um sacramento para a igreja Católica.* 2. *Festa do evento; casório; bodas...* 4. *União harmônica; aliança; combinação*”

Tomando uma definição mais “poética” de casamento, Bergen e Kellner, referenciados por Féres-Carneiro (1998), descrevem o casamento como “*um ato dramático, no qual dois estranhos, portadores de um passado individual diferente, se encontram e se redefinem*”. O casamento requer que duas pessoas renegociem juntas várias questões que, para cada uma, já estavam definidas, são duas individualidades que convivem juntas para uma construção a dois de uma única realidade.

Costumo dizer que todo fascínio e toda dificuldade de ser casal, reside no fato de o casal encerrar, ao mesmo tempo, na sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, de o casal conter dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal (Féres-Carneiro, 1998).

O casamento é uma das instituições mais antigas da nossa civilização e veio se modificando ao longo do tempo, tanto na forma como é realizado, quanto na sua definição. O que antes era considerado um ato de união apenas entre pessoas de diferentes sexos, hoje já tem sua legalidade, em alguns países, para casais homossexuais.

Isso se deu pelo fato de o casamento moderno ser baseado na livre

⁸ SACCONNI, Luiz Antônio. *Mini Sacconi* – o seu dicionário da língua portuguesa. 11ª edição. São Paulo: Nova Geração, 2009.

escolha, diferentemente de antigamente, onde os pais escolhiam o parceiro(a) para o(a) filho(a). Era como um contrato feito entre os pais dos futuros “noivos”, que os obrigavam a casar, mesmo fora da sua vontade.

Não havia o casamento por “amor”, mas sim o casamento por imposição social, por conveniência e por status. Independente de gostar ou não do cônjuge, era muito melhor estar casado do que solteiro.

Até pouco tempo atrás, casar era um etapa natural da vida, sendo até mesmo desejado pela grande maioria das mulheres, uma vez que carregar o estereótipo de “solteirona” ou “encalhada” era mais pesado do que manter um casamento sem amor. Além disso, o casamento representava a passagem para a vida adulta, simbolizando, através da paternidade e da maternidade, que um homem e/ou uma mulher tinham alcançado o status de adulto completo (Carter & McGoldrick apud Ribeiro, 2005, p. 16).

Atualmente, além da mudança na maneira de como é visto e concebido o casamento, há também uma mudança no significado desse ato, que antes tinha relação com o fato de tornar-se adulto.

Antigamente, ser adulto estava relacionado à constituição de uma família, porém nos dias de hoje, como aponta Ribeiro (2005), ser adulto é ser “autônomo”, ou seja, é ser um indivíduo que trabalha e consegue gerenciar sua vida sem a necessidade de manter um vínculo conjugal.

Pode-se perceber a noção de individualidade na sociedade moderna, que impulsionou o sujeito a buscar sua felicidade na satisfação pessoal, podendo escolher livremente aquilo que lhe traz prazer, que lhe satisfaz em todas as áreas de sua vida.

Essa busca da satisfação pessoal também está relacionada à escolha de um cônjuge. Porém, apesar dessa escolha ser livre, isso não indica que no casamento moderno não exista conflitos. Ou seja, não é porque hoje em dia eu tenho a possibilidade de escolher a pessoa com quem casar, que não haverá conflitos. Como afirma Vaitsman, referenciado por Ribeiro (2005)

Quanto maior a possibilidade efetiva de escolher, maior o espaço para o conflito entre o individual e o coletivo se expressar. Quando a

divisão sexual do trabalho e o individualismo patriarcal são redefinidos e homens e mulheres passam a se ver como iguais, criam-se condições sociais particularmente favoráveis para que este conflito se manifeste, levando a um maior número de separações (p. 17).

O casamento moderno, fundado no amor e na livre escolha, tendo a noção de individualidade como base para isso, acabou tornando-se contraditório, pois,

[...] embora o objetivo do amor moderno seja a reciprocidade e a complementaridade entre dois indivíduos, a individualidade de cada um ergue barreiras entre os dois, fazendo do outro algo inatingível que é determinado pela individualidade (Vaitsman apud Ribeiro, 2005, p. 17).

Dessa forma, o casal precisa conciliar suas necessidades individuais e coletivas para que os cônjuges possam viver bem e tornar a relação duradoura. Um exemplo disso é quando a mulher ingressa no mercado de trabalho e precisa lidar com essa situação de “necessidades individuais x necessidades coletivas”, pois ela busca sua satisfação pessoal no sucesso profissional, é uma necessidade individual e ao mesmo tempo tem a vida familiar, o cuidado com a casa e com os filhos, que é uma necessidade coletiva. Quando essas duas necessidades não são conciliadas, ocorre, na maioria das vezes, o rompimento da união.

Assim, o casal contemporâneo é confrontado, o tempo todo, por duas forças paradoxais (...) “o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade”. Se por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais (Féres-Carneiro, 1998).

Jablonski (1994), chama a atenção para esse fato, que ele considera como uma das condições antagônicas do casamento contemporâneo, que é o elogio à realização individual *versus* espírito de familismo.

Mas não é apenas o conflito entre individualismo e familismo que vem colocando família e casamento nesta indesejável berlinda. Outros pontos cruciais referem-se à monogamia *versus* permissividade, à visão romanceada do amor *versus* a realidade do casamento e a questões ligadas à longevidade e à permanência, além da emancipação feminina

e seus reflexos no casamento (Jablonski, 1994, p. 69).

Todas essas considerações permitem identificar algumas das condições que têm contribuído para o rompimento dos laços matrimoniais e para o crescimento das taxas de divórcio pelo mundo, pois, ele tem se tornado a solução para a insatisfação conjugal.

Diante dessa constatação, cabe comentar um pouco sobre o divórcio, que tem adquirido muito destaque e significado nos dias atuais.

O divórcio teve sua legalidade no Brasil em 1977. Antes de se tornar um ato legal, os casais que decidiam se separar conviviam com o preconceito e o estigma de serem divorciados, principalmente as mulheres que tinham filhos.

Atualmente, divorciar-se está muito mais fácil. Logo que foi legalizado, as pessoas que procuravam o divórcio, precisavam passar primeiro pela separação, o que acarretava um tempo maior do processo. Já hoje em dia, as pessoas que não querem mais manter os laços matrimoniais podem recorrer diretamente ao divórcio, facilitando todo o processo.

Todos esses fatores (conflitos, insatisfação, facilidade, etc.) contribuíram para que as taxas de divórcio aumentassem, como indica uma reportagem publicada no site de notícias G1 com dados do IBGE.

A notícia afirma que o número de divórcios no Brasil em 2010 foi o maior desde 1984, “segundo o IBGE, foram registrados no ano passado 243.224 divórcios, por meio de processos judiciais ou escrituras públicas, e as separações totalizaram 67.623 processos ou escrituras.” (2011).

Ainda de acordo com os dados, esse crescimento se deu em função de uma mudança constitucional que permitiu acelerar os pedidos de divórcios. Até então, para se divorciar, o casal precisava ter um tempo de separação judicial, de pelo menos um ano – decretada pelo juiz – ou dois anos de separação de fato, onde os casais não vivem mais juntos, mas ainda são casados perante a lei. Porém, com a nova regra é possível requerer o divórcio a qualquer momento, não precisando mais desse período de separação.

Com isso, as taxas de divórcios deram um salto nos últimos anos, ao mesmo tempo em que as taxas de separações diminuíram.

Com essa nova lei, as pessoas conseguem se divorciar mais rápido e então podem voltar a casar-se. Portanto, enquanto o número de divórcios aumenta, a taxa de casamentos aumenta também, através da taxa de recasamentos contida nela. “Os dados apontam que em 2000, 2005 e 2010 as porcentagens dos que se casavam pela primeira vez eram, respectivamente, de 88,3%, 85,8% e 81,7%. Indicando uma diminuição da procura pelo matrimônio. Entretanto, quando se refere aos recasamentos (quem casa pela segunda vez, ou mais), os dados são bem diferentes e mostram que em 2000, 2005 e 2010 as porcentagens são de 11,7%, 14,2% e 18,3%, respectivamente.” (*NÚMERO de divórcios no Brasil é o maior desde 1984*, Canal G1, 2011).

Esses índices nos traz um questionamento: se as pessoas se divorciam tanto, porque elas continuam se casando? Será o desejo de recomeçar e de fazer dar certo?

Como aponta Wagner apud Ribeiro (2005):

[...] o par conjugal reinveste toda a energia afetiva na nova relação, na tentativa de reparar os erros que ocasionaram a ruptura do casamento anterior. A expectativa e motivação são de que ‘agora vai dar certo’ (pg. 23).

Além do desejo de recomeçar uma nova relação e das expectativas lançadas sobre esta, o aprendizado com o relacionamento anterior contribui para que as pessoas busquem, esperançosas, uma outra união. “*Casar novamente representa o triunfo da esperança sobre a experiência*” (Samuel Johnson ,s.d., citado em Visher e Visher, apud Travis, 2003, pg. 37).

Portanto, as experiências e o aprendizado são levados para essa nova relação e, o que antes era fundado no amor, vai se transformando num sentimento mais realista, como afirma a psicóloga Junia de Vilhena, numa reportagem da revista ISTO É (2011).

Ribeiro (2005) também chama a atenção para esse fato:

Determinados a aprender com a própria experiência, pessoas que já foram casadas optam por mudar radicalmente de forma de vida.

Aqueles que se casaram por amor (amor que com o tempo perdeu a força) poderão talvez optar por escolher um novo parceiro tendo por base critérios e razões mais pragmáticos, enquanto aqueles, cujo relacionamento práticos ou utilitário os deixaram uma sensação de vazio, poderão talvez escolher seus novos parceiros tendo por base o romance e a paixão (Bernstein apud Ribeiro, 2005, pg. 27).

A partir de todas as considerações feitas podemos pensar que os indivíduos buscam por uma união mais satisfatória que a anterior, e o recasamento torna-se uma oportunidade para isso.

A família de casais homoafetivos

A união homossexual de fato existe, mas é marcada, no mundo contemporâneo, pelo estigma social. Os casais, principalmente nos dias atuais, têm buscado seu espaço na sociedade para constituir uma família, o que muitas vezes lhes é negado.

A homossexualidade nem sempre foi condenada e tratada como algo “fora do normal”. Guerreiro (2007), traz um pouco do contexto histórico dessas relações, e vale a pena retomar alguns pontos para entendermos como essa união entre pessoas do mesmo sexo desenvolveu-se nos diferentes períodos da história.

A questão da homossexualidade aparece inicialmente na mitologia grega, e tinha uma outra conotação, da usada atualmente. Dizia respeito a uma relação de amor, admiração e respeito entre aluno e mestre. A pederastia⁹, como se chamava essa prática “homossexual” da época, era considerada sagrada para os gregos.

Os mitos têm um modelo comum a todos eles: sempre há um jovem que é aluno, discípulo ou aprendiz e um homem mais velho que é o amante, mestre, guerreiro, professor ou modelo a ser seguido. Estas duas pessoas do sexo masculino se envolviam numa relação de

⁹ Pederastia, do grego, designa o relacionamento erótico entre um homem e um menino.

sedução, onde o mais velho ensinava o jovem a se defender, a ser um guerreiro, a adquirir conhecimentos e sabedoria, devendo se destacar na habilidade em que seu amante era mais renomado, tudo isso, para tornar-se homem. O mais famoso casal masculino da mitologia grega foi Zeus e Ganimedes, sem esquecer que Apolo também raptava jovens efebos. (Guerreiro, 2007, p. 10).

A prática da pederastia era considerada nobre e trazia a idéia de que era apenas através desse ritual e dos seus ensinamentos que os jovens poderiam se tornar homens. Por isso, na Grécia antiga, a homossexualidade era considerada dentro na normalidade entre os homens.

Porém, entre as mulheres, esse ato era visto como lascívia, já que elas não tinham nenhuma representatividade social.

O termo homossexualidade não existia naquela época, ele decorreu da ideia de sexualidade, que é uma ideia moderna. O que hoje é considerado sexo, outrora era considerado “eros”¹⁰. Portanto essa palavra nem sempre teve a mesma designação e identidade, é um produto histórico (Guerreiro, 2007).

A ideia de pecado para a prática homossexual surgiu na Idade Média, quando a igreja ganhou grande força e com o advento do capitalismo.

O início do modo-de-produção capitalista é um marco fundamental para se entender o processo homofóbico de mudança radical na mentalidade da sociedade ocidental, principalmente, na Inglaterra, o chamado “berço do capitalismo”. A vertente ideológica deste novo modo-de-produção era o Cristianismo, que passou a considerar a homossexualidade como uma anomalia psicológica, um vício repugnante e condenado por passagens bíblicas (Guerreiro, 2007, p. 12).

No século XVII, a cultura cristã, que compreende os protestantes luteranos e calvinistas, começa a pregar uma nova concepção de sexualidade e, assim como a igreja católica, fundamenta-se na concepção do casamento monogâmico e condena qualquer manifestação sexual fora deste.

Essa questão também perpassou a área médica. O médico alemão Karl Heinrich Ürichs influenciou a ciência médica com seus estudos sobre o termo

¹⁰ Tendo como princípio a ideia de “virtuoso”.

uranista¹¹, e em 1869 o médico húngaro karoly Maria Benkert criou o termo homossexualismo, que se firmou no discurso científico se referindo a uma doença, o que gerou diversas controvérsias quanto às causas da homossexualidade. Uns acreditavam ter causa biológica, outros afirmavam que esse “comportamento” era proveniente do meio social em que o indivíduo estava inserido.

Neste contexto de segunda metade do século XIX, tanto na Europa quanto no Brasil as ações repressivas aos praticantes do homossexualismo foram oriundas da nova concepção em relação ao comportamento sexual. No Brasil eram os médicos que determinavam quem deveria ficar isolado e na Europa uma rigorosa legislação proibia a prática do homossexualismo, punindo-o severamente na tentativa de por fim a esta prática de amor, desejo e prazer entre pessoas do mesmo sexo. Apesar de diferenciar-se do período da Inquisição, onde as práticas de atos libidinosos entre pessoas do mesmo sexo tinham como consequência a morte na fogueira, em fins do século XIX, as punições não objetivavam a morte, mas as punições rígidas, tais como, açoites, galés ou castigos piores. Na Europa, a prática do homossexualismo era tratada como crime contra os hábitos e costumes familiares e, no Brasil, era considerado um atentado moral (Guerreiro, 2007, p. 17).

A questão da homossexualidade ainda gera várias especulações sobre sua causa ou origem. Questionamos-nos se é algo inato, aprendido ou biológico.

Outro campo do conhecimento que também interfere nesse tema é a área do direito. No mundo inteiro se discute sobre os direitos dos homossexuais, que têm buscado a igualdade na sociedade em todas as esferas, como por exemplo, ter uma união legalizada e reconhecida, e constituir uma família, como quaisquer outros cidadãos.

No mundo, como um todo, as questões dos direitos dos casais homoafetivos têm sido debatidas na busca de direitos igualitários. Isto é, os casais formados por pessoas do mesmo sexo, que convivem em união estável sólida, compromisso público, de forma contínua e duradoura, que compõem uma família, buscam cada dia mais buscar a proteção do Estado quanto aos direitos que lhes são negados (Guerreiro, 2007, p. 23).

¹¹ Uranista refere-se à musa Urânia que, segundo Platão, seria inspiradora do amor entre pessoas do mesmo sexo (Costa apud Guerreiro, 2007, pg. 17)

A conjugalidade homoafetiva, como afirma Guerreiro (2007), é peculiar ao mundo moderno, pois antigamente se tratava meramente de comportamento sexual e não de relações de afeto. Portanto, essa união precisa assumir sua importância, principalmente, para o mundo do direito, já que muitas são as ações judiciais que envolvem os direitos desses casais.

A revista *Super Interessante*, na edição 202 de julho de 2004, traz um dado surpreendente sobre os direitos negados aos homossexuais, que totalizavam 37 ações.

Os projetos de leis que envolvem os direitos das pessoas homossexuais transitam no Brasil desde 1996, e até 2004, quando a *Super interessante* publicou essa reportagem, pouca coisa tinha se consolidado em apenas alguns estados. Mas, na sua maioria, muitos dos direitos desses indivíduos continuavam sendo negados.

Em outros países a história é diferente. Desde 2001, na Holanda, os direitos de casamento valem para todos os cidadãos – as palavras homo e heterossexual nem são citadas pela lei. É impossível saber quantos casamentos gays aconteceram no país: os registros não dão conta se os noivos eram do mesmo sexo, assim como desconhecem se eram negros, judeus ou canhotos. Na Bélgica, Canadá e no estado americano de Massachusetts, a situação é semelhante. (Gwerzman, *Super interessante*, 2004).

A reportagem ainda aponta que a questão da moralidade é a justificativa usada para o posicionamento contra a união homoafetiva. Os valores morais que fundamentam essa rejeição tem sua origem, como já vimos, na religião.

Apesar de ainda existir uma grande resistência contra aceitação dos homossexuais, principalmente como pessoas de direito, o movimento homossexual tem obtido várias conquistas. Os valores que eles reivindicam são muitos e as conquistas poucas, mas ainda assim elas vêm acontecendo e, nos dias de hoje, algumas vitórias já foram alcançadas.

Uma das últimas conquistas dessa população foi o reconhecimento da união estável no Brasil. Em 2011 o Supremo Tribunal Federal tornou a união

estável homoafetiva reconhecida juridicamente o que lhes garantiu diversos outros direitos, ou seja, companheiros em relação homoafetiva duradoura e pública passaram a ter os mesmos direitos e deveres das famílias formadas por homens e mulheres, como por exemplo, casamento, pensão, herança, regulamentação de bens, etc.

A reportagem publicada no caderno online de notícias do IG, conta que:

[...] as ações pediam que a união estável homossexual fosse reconhecida juridicamente e que os casais homossexuais pudessem ser considerados como entidade familiar. Com o resultado, os casais homossexuais passam a ter direitos, como herança, inscrição do parceiro na Previdência Social e em planos de saúde, impenhorabilidade da residência do casal, pensão alimentícia e divisão de bens em caso de separação e autorização de cirurgia de risco (Motta, último segundo, 2011).

Essa conquista também favorece a adoção de crianças por casais homoafetivos e, assim, a constituição de uma família.

Porém, muito tem se discutido sobre essa ação, se ela pode ser prejudicial ou não para a criança. Há uma resistência, causada por falsas ideias e pelo preconceito, em aceitar esse tipo de família. Dias¹² (s.d), aponta que existe uma falsa ideia de que as relações homossexuais são promíscuas, não oferecendo um ambiente saudável para o bom desenvolvimento de uma criança, além da alegação de que a falta de referências comportamentais pode acarretar sequelas de ordem psicológica e dificuldades na identificação sexual do filho. Entretanto, não há comprovação científica sobre esse fato e os estudos realizados apontam que essas ideias são falsas crenças.

Para o estabelecimento do vínculo de parentalidade, basta que se identifique quem desfruta da condição de pai, quem o filho considera seu pai, sem perquirir a realidade biológica, presumida, legal ou genética. Também a situação familiar dos pais em nada influencia na definição da paternidade (Dias, [s.d]).

A autora ainda complementa afirmando que a afetividade deve ser levada

¹² Maria Berenice Dias: Advogada especializada em Direito Homoafetivo, Direito das Famílias e Sucessões

em conta antes de qualquer outra coisa, pois a parentalidade é reconhecida pelo vínculo da afetividade e não, necessariamente, pelo vínculo biológico.

Quero finalizar esse capítulo com uma citação de Hironaka, referenciada por Dias (s.d.), que diz:

Não se pode esquecer que crianças e adolescentes têm, com absoluta prioridade, direito à vida, à saúde, à alimentação, à convivência familiar, e negar o vínculo de filiação é vetar o direito à família: lugar idealizado onde é possível, a cada um, integrar sentimentos, esperanças e valores para a realização do projeto pessoal de felicidade.

No decorrer deste capítulo citei diversas configurações familiares que estão presentes no mundo contemporâneo, e me aprofundei em três modelos que encontramos com mais frequência na sociedade. Porém, acredito que não importa como se constituiu a família, se por laços interrompidos (recasamento) ou por primeira união; também não é relevante quem faz parte dela, se um homossexual ou heterossexual; e muito menos que tipo de configuração ela tem (monoparental, recasada, etc.). O que deve ser levado em conta são as relações que se estabelecem entre os membros dessa família e as condições que os “pais”¹³ oferecem para suas crianças obterem um pleno desenvolvimento.

¹³ Uso aqui o termo “pais” entre parênteses, pois me refiro ao cuidador e a figura de pai e mãe presente para a criança, não importando se estão inseridos numa família recasada, monoparental ou homoafetiva.

III. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA – Uma leitura Winnicottiana

Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão de cultura. Se as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e dos costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio são com elas disputados por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada de materna. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico (Lacan apud Bock, Furtado e Teixeira, 2001, p. 250-251)¹⁴.

Neste capítulo, pretendo discorrer, teoricamente, sobre a importância da família no desenvolvimento do indivíduo e, para isso, tomarei como referencial teórico a obra do autor D. W. Winnicott, que estudou a fundo as questões relativas à criança e seu desenvolvimento emocional.

Winnicott foi um pediatra e psicanalista, que começou a escrever sobre o desenvolvimento infantil a partir da sua experiência como pediatra, e de seus estudos em psicanálise. Estudou, principalmente, Freud e Melanie Klein, que também escreveu sobre crianças.

Antes de discutir a importância da família e as implicações desta no desenvolvimento da criança, retomarei alguns conceitos importantes criados pelo autor.

Winnicott pontua que todos os seres humanos, ao nascer, trazem consigo tendências hereditárias, isto é, um processo biológico que os impulsionam para o crescimento e que ele denominou de “processos de maturação”. Mas, para que o crescimento físico e emocional ocorra, é necessária uma provisão ambiental, ou seja, o bebê precisa de um ambiente que favoreça seu desenvolvimento, tanto físico quanto emocional e que culmine na criação de um *self* verdadeiro.

Portanto, no início do processo de desenvolvimento, há dois aspectos a serem considerados, de um lado a hereditariedade e, de outro, o ambiente, que

¹⁴ Retirado do livro *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia* de Jacques Lacan, 2002.

pode apoiar, falhar ou traumatizar. E há o bebê, que está no meio disso e que vai crescendo e acumulando experiências.

A ideia de ambiente é central, e diz respeito tanto ao ambiente físico quanto aos aspectos emocionais que tornam possível todo o desenvolvimento. É no ambiente e através dele que indivíduo pode desenvolver o seu potencial, pois, quando há ambiente facilitador, há uma adaptação às necessidades da criança, que se originam dos processos de maturação.

O desenvolvimento, em poucas palavras, é uma função da herança de um *processo de maturação*, e da acumulação de experiências de vida; mas esse desenvolvimento só pode ocorrer num *ambiente propiciador* (Winnicott, [1960] 2011, p. 27).

O indivíduo nasce com a capacidade de ser alguma coisa, com a possibilidade de vir-a-ser, mas para que isso aconteça ele precisa ser favorecido pelo ambiente. Quando a criança se encontra num ambiente facilitador, que atende as suas necessidades e proporciona condições adequadas para o seu crescimento, ela é capaz de se desenvolver.

Sua teoria do desenvolvimento delineia as condições sob as quais os processos de maturação do bebê encontram um ambiente facilitador, de modo que esses processos alcancem um desenvolvimento pleno e contribuam para o prazer e a criatividade (Rodman, introdução do livro 'O Gesto espontâneo', 1990, p. XVIII).

Um ambiente facilitador não diz respeito a um ambiente perfeito e sem falhas, mas sim a um ambiente suficientemente adaptado ao bebê, que facilite e promova o seu desenvolvimento.

O ambiente mais adequado é a própria mãe da criança, pois ela consegue perceber e suprir, adequadamente, as necessidades do bebê, tanto físicas quanto emocionais.

Só uma mãe devotada (ou uma mãe substituta dotada do mesmo sentimento) pode acompanhar as necessidades de uma criança. Na minha opinião, inicialmente a criança carece de um grau de *adaptação ativa a suas necessidades* que só pode ser provida se uma pessoa

devotada estiver cuidando de tudo. É obvio que é a própria mãe da criança a depositária natural desta devoção e, mesmo que se possa provar que as crianças não reconheçam suas mães até terem alguns meses de idade, continuo pensando que devemos admitir que a mãe conhece seu filho (Winnicott, [1950] 2011, p. 33).

A mãe¹⁵, portanto, tem a capacidade de corresponder, mais efetivamente, às necessidades do bebê, pois ela adquire uma sensibilidade em relação ao seu bebê, que a faz saber como ele pode estar se sentindo e lhe que confere a possibilidade de fazer a coisa certa. Essa capacidade da mãe reside naquilo que o autor chama de “preocupação materna primária”, que é um estado que ocorre no final da gravidez e se estende até os primeiros dias de vida do bebê, onde há uma grande identificação da mãe com o seu filho.

A mãe suficientemente boa precisa desempenhar algumas funções para favorecer o desenvolvimento físico e emocional do bebê. Entre elas estão: holding (segurar), handling (manipular) e apresentar objetos.

O *holding* corresponde ao apoio adequado para com a criança e inclui o ato de sustentar o bebê emocionalmente e fisicamente.

Winnicott [1960] 2011, fazendo referência a sua obra *O ambiente e os processos de maturação*, afirma que nessa fase a mãe protege a criança da agressão fisiológica, leva em conta a sensibilidade cutânea do bebê, como por exemplo, tato, temperatura, etc. Ela também tem uma rotina completa de cuidado dia e noite adequada para cada bebê, segue também as mudanças instantâneas do dia-a-dia que fazem parte do crescimento e do desenvolvimento do lactente, tanto físico quanto psicológico. O *holding* inclui especialmente o *holding* físico do bebê, ou seja, o ato físico de sustentar a criança nos braços.

A manipulação, como o próprio nome já diz, corresponde a maneira que a mãe manipula, no sentido de manejar, a criança, e está estritamente ligado ao *holding*. Esse contato físico é o que leva a criança a reconhecer, gradativamente, seu corpo.

É através do cuidado com o corpo, da satisfação de suas

¹⁵ Usarei o termo mãe para referir-me à figura materna e, não necessariamente, à mãe biológica da criança.

necessidades de movimento e expressão corporal e da facilitação de satisfações cutâneas e musculares, que a mãe oferece experiências afetivas e físicas ao bebê e demonstra todo o seu amor, que aqui significa aceitar o bebê e seu corpo sem restrições (Celeri, 2007, p. 427).

Todo esse cuidado físico dedicado a criança – segurar, manipular, e assim por diante - facilita o estabelecimento de uma relação forte entre psique e soma, que contribui para a integração e assim, para o processo de personalização.

A mãe funciona como um “ego auxiliar”, pois ela dá todo o suporte para a criança, desde o apoio físico ao emocional, o que permite ao bebê “existir”, se desenvolver e amadurecer.

De acordo com Winnicott “não existe essa coisa chamada bebê”, ele só existe por causa do outro, pois é em virtude dessa relação mãe-bebê que a criança pode constituir um *self* e tornar-se alguém.

A função da mãe para com a provisão das necessidades físicas e emocionais do bebê permite que ele alcance o estado de integração, que não corresponde meramente a uma questão neurofisiológica, mas também a certas condições ambientais.

A integração manifesta-se gradualmente a partir de um estágio primário não-integrado. No princípio, a criança se compõe de uma série de fases de motilidade e percepções sensoriais (Winnicott, [1958] 2011, p. 07).

A criança ao nascer tem percepções "separadas" pelo corpo, ela não se sente um indivíduo inteiro, mas sim, percebe vários pedaços sensoriais, ou seja, é um conjunto não-organizado de fenômenos sensório-motores contidos pelo ambiente externo (Winnicott, ([1955] 2011).

Com a maturação e com boas condições ambientais, a integração vai se afirmando e a criança torna-se cada vez mais constituída como unidade, como uma pessoa inteira. A segurança propiciada pela mãe contribui para essa formação de unidade de ser.

Às vezes, segurança significa simplesmente ser adequadamente

seguro no colo (Winnicott, [1958] 2011, p. 07).

E também:

Não é necessário afirmar que as crianças muito novas necessitam de um cuidado absoluto e não conseguem se virar sozinhas. Precisam ser embaladas, levadas daqui para lá, ser limpas e alimentadas, ser mantidas na temperatura correta e protegidas de correntes de ar e ruídos fortes. Seus impulsos precisam ser correspondidos, e nós precisamos decifrar sua espontaneidade (Winnicott, [1960] 2011, p. 45).

Todas essas considerações feitas pelo autor correspondem à provisão das necessidades da criança, ou seja, a um ambiente/mãe suficiente bom. Todo esse cuidado traz segurança para a criança e permite que ela comece a viver uma vida pessoal e individual. *"De início, a mãe deve adaptar-se de modo quase exato às necessidades de seu filho para que a personalidade infantil desenvolva-se sem distorções."* (Winnicott, [1958] 2011, p. 09)

Outra função importante desempenhada pela mãe é a apresentação de objetos, pois é a partir disso que ela pode começar a reconhecer o mundo e a se relacionar com ele. Através dessa função iniciam-se as relações objetais que são estabelecidas pela criança e que gradualmente vão se tornando relações interpessoais, à medida que a criança vai crescendo e percebendo a existência de outras pessoas.

É evidente que a criança depende totalmente da mãe e do exercício das suas funções. Essa dependência, gradativamente, vai sendo superada e é a partir dela que se configura a independência.

Winnicott divide esse período em estágios que vão desde o que ele chama de dupla dependência, até a independência.

A grande mudança que se testemunha no primeiro ano de vida refere-se à aquisição de independência. A independência é algo que se realiza a partir da dependência, mas é necessário acrescentar que a dependência realiza-se a partir de algo a que se poderia chamar de dupla dependência (Winnicott, [1958] 2011, p. 05).

O autor pontua que no primeiro estágio de vida do bebê, há uma

dependência absoluta dele em relação ao ambiente físico e emocional e, pelo fato da criança não ter consciência disso, essa dependência é absoluta.

Nessa fase de dependência absoluta, a mãe que está adaptada, atende as necessidades do bebê prontamente, e lhe dá a ideia de que foi ele que criou os “objetos”, ou seja, a criança tem a ilusão de que concebe algo que corresponde as suas necessidades. Isso acaba criando uma ilusão correspondente à capacidade de criar. Ou seja, quando a criança chora por causa da fome, a mãe aparece e lhe dá de mamar prontamente, o bebê *pensa* que criou o seio que lhe amamenta.

A criança é guiada por sua percepção, então quando ela sente fome e o “seio” aparece, a faz pensar que o criou e que ele está sob seu controle mágico. Está é a *ilusão de onipotência* que a mãe permite ao bebê criar, ao atender o seu “*gesto espontâneo*”.

Periodicamente, o bebê faz um movimento (gesto espontâneo), cuja fonte é o *self* verdadeiro em potencial, e descobre o mundo que o circunda. Nesse exato momento, o meio ambiente se apresenta. A mãe traz um pedacinho do mundo até o bebê, de forma compreensiva e limitada, adequada às suas necessidades, e proporciona uma experiência de onipotência ao permitir que o bebê tenha a ilusão de que o que foi encontrado seja algo por ele criado (Celeri, 2007, p. 428).

Mais tarde, a mãe, através da sua sensibilidade, vai percebendo que seu bebê já pode ser desiludido e, aos poucos, ela o vai retirando da dependência absoluta e permite que ele descubra o mundo externo. Progressivamente a criança começa a reconhecer essa dependência e adquire a capacidade de fazer o ambiente saber quando tem alguma necessidade, pois a mãe começa a “falhar” em alguns momentos, na medida em que o bebê aguenta. Um exemplo disso é quando a mãe deixa a criança chorar um pouco, ao invés de lhe dar de mamar antes que ele peça, ou até mesmo imediatamente quando ouve seu choro, ou seja, ela vai permitindo que o bebê se “frustre” um pouco.

A experiência de frustração é uma etapa do processo de desilusão e contribuiu para que os objetos se tornem reais para a criança, e é a partir daí que a criança começa a caminhar para a independência.

A 'mãe' suficientemente boa (não necessariamente a própria mãe do bebê) é aquela que efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminuiu gradativamente, segundo a crescente capacidade deste em aquilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados de frustração (Winnicott, 1975, p. 25).

Nessa fase, em que a mãe se ausenta, na medida em que percebe que o bebê aguenta, e vai retirando os cuidados integrais que dá à criança, aparece o que Winnicott chama de *objetos transicionais* ou *fenômenos transicionais*, que entram no lugar da mãe.

O bebê nasce indiferenciado com a mãe, que dá todo apoio materno para a criança, porém, com o seu desenvolvimento, este apoio vai sendo retirado gradativamente, e quando isso acontece, surge o objeto transicional (cobertor, lençol, ursinho, babador, fralda, etc.) ou o fenômeno transicional (som, ruído, maneirismo do bebê, etc.). Ele permite que o processo de separação seja tolerado, pois é ao mesmo tempo parte da mãe e parte do bebê.

Esse objeto vai se localizar na zona intermediária. (...) Habitualmente é algo que a mãe coloca a disposição do bebê. Pode ser o travesseirinho, a ponta do edredom, a chupeta, o ursinho de pelúcia, etc. O fato de que venha simbolizar a mãe não é tão importante quanto a ser a *primeira posse não-eu*, achada e criada simultaneamente (Neto, 2007, p. 411)

O objeto encontra-se na zona intermediária entre o que é subjetivo – o que foi introjetado e pertence ao mundo interno da criança - e aquilo que é objetivamente percebido – o próprio objeto. Esse objeto transicional é uma ponte que torna possível o contato entre a psique individual e a realidade externa, pois é a primeira possessão do bebê, e não está sob o controle mágico, como objeto interno que o bebê “cria”; e nem tampouco fora de controle, como a mãe que pertence ao mundo externo.

Winnicott (1975) pontua que não é o objeto que é transicional, mas ele representa a transição do bebê de um estado em que este está fundido e indiferenciado com a mãe, para um estado em que a criança se relaciona com ela como algo externo e separado.

A criança ao eleger um objeto transicional, o trata com muito amor e

carinho, mas também com agressividade, e por isso ele deve ser constante e nunca substituído por outro semelhante. Caso isso aconteça, pode acarretar uma ruptura na experiência da criança, pois o objeto ajuda a tolerar a angústia de separação e a ausência materna.

Com o evoluir do processo de maturação, o objeto é deixado de lado, esquecido, o que indica que a criança substitui-o pelo espaço transicional, onde se localiza as criações humanas. É nesse espaço, conhecido também como potencial, que a criança poderá exercer a sua criatividade.

[o objeto transicional] perde o significado, e isso se deve ao fato de que os fenômenos transicionais se tornaram difusos, se espalharam por todo o território intermediário entre a 'realidade psíquica interna' e 'o mundo externo, tal como percebido por duas pessoas em comum', isto é, por todo o campo cultural (Winnicott, 1975, p. 19).

O uso que a criança faz do objeto é mais importante que o objeto em si, pois, como por exemplo, quando a criança leva a “fraldinha” à boca e ela encosta em seu rosto no momento de dormir, isso pode proporcionar uma sensação prazerosa para o bebê, como também pode se constituir como um tipo de defesa contra a ansiedade. Esse *uso* do objeto é mais relevante do que o pano, enquanto objeto em si, encostado no seu rosto.

Somente na presença dessa mãe suficientemente boa, que é capaz de exercer todas as funções, é que a criança pode iniciar um processo de desenvolvimento e formar seu verdadeiro *self*.

Há uma parceria entre mãe e bebê, onde este tem seu ego apoiado, ou deveria ter, por aquela. A criança, cujo ego é forte devido ao apoio do ego da mãe, é capaz, desde cedo, de organizar defesas e desenvolver padrões pessoais, o que indica que ela consegue tornar-se verdadeiramente ela mesma, pois o ambiente, suficientemente adaptado, foi capaz de acolher sua espontaneidade, suprir suas necessidades e perceber quando podia falhar ou não com o bebê.

Ao proporcionar um *holding* físico e psicológico e um manejo corporal adequados e ao permitir a experiência de onipotência do bebê, fazendo-o acreditar estar criando e controlando o mundo, a mãe

dedicada permite que o *self* verdadeiro se revele. Originando-se da vitalidade dos tecidos (elementos sensório-motores) e das funções corporais e associando-se ao processo primário, o *self* verdadeiro só se torna uma realidade viva se a mãe, repetidamente, satisfazer o gesto espontâneo (Celeri, 2007, p. 430).

Quando não há esse apoio egóico da mãe, ou ele é fraco, a criança acaba estabelecendo um falso *self*. Isso acontece quando o ambiente tem um padrão de falha, como por exemplo, a criança sempre chora quando está com fome, porém, o ambiente nunca acolhe esse choro, ou seja, não reage à ação do bebê. Então a criança começa a reagir ao ambiente para não sentir essa angústia, o que acaba criando uma organização defensiva, que é um comportamento que reage ao ambiente.

O falso *self* é uma forma de defender o verdadeiro *self* e também de ceder às exigências que o mundo lhe impõe a todo momento. Então, ao invés da criança agir sobre o ambiente, ela começa a reagir àquilo que o ambiente propõe, e faz isso para não sentir a angústia, que Winnicott chama de ameaça de aniquilamento.

O bebê aceita a invasão ambiental e reage às exigências do meio, construindo uma série de relacionamentos falsos. A partir daí a criança passa a imitar e a sempre responder da mesma forma ao ambiente. Ela não tem espontaneidade, já que quando teve não foi acolhida pelo ambiente. Essa reação, ao invés de ação ao ambiente, é feita com base na imitação, identificação e introjeção, e impede que se constitua a espontaneidade e a criatividade na criança.

O falso *self* é considerado o *self* social, aquele que todos possuem e que a pessoa apresenta para a sociedade, porém, quando a falha do ambiente é muito forte e se torna padrão, esse falso *self* fica mais constituído como uma defesa muito rígida ao verdadeiro *self*.

Para a constituição do *self* verdadeiro é importante que o ambiente permita que o bebê aja sobre ele e assim consiga *ser* alguém. Esse “agir” sobre o ambiente é visto na espontaneidade da criança, que refere-se à busca do bebê pelo ambiente, à sua ação, ou seja, ele faz gestos aleatórios, que são expressões

espontâneas que, quando acolhidos, faz com que o bebê receba o que pede ou necessita. Quando o ambiente acolhe o gesto, acaba-se criando um padrão de cuidado, que vai se repetindo e as experiências vão se acumulando e dando um sentido de existência para a criança, uma continuidade do ser.

Resumidamente, enquanto o verdadeiro *self* é construído a partir das experiências que a criança acumula, o falso *self* é construído através das vontades e imposições alheias.

Até aqui só foi citado o papel da mãe no processo de desenvolvimento da criança, mas será que só ela contribui para a constituição de indivíduo saudável? E o pai? E a família?

Winnicott vê a função do pai tão imprescindível quanto a da mãe, porém, com uma diferença: o pai se adapta à mãe, enquanto esta se adapta ao bebê.

A mãe é capaz de desempenhar esse papel se se sentir segura; se se sentir amada em sua relação com o pai da criança e com a própria família; e ao sentir-se aceita nos círculos cada vez mais amplos que circundam a família e constituem a sociedade (Winnicott, [1958] 2011, p. 03).

Esse trecho retrata bem a importância do pai e da família na constituição do indivíduo, pois mostra que a mulher também precisa de um ambiente que a acolha e lhe dê apoio para que ela possa, uma vez identificada com seu bebê, adaptar-se ativamente às suas necessidades. O pai ou o meio ambiente familiar e social vem geralmente proporcionar este apoio. Portanto, não podemos ignorar o apoio do pai para com as necessidades da mãe, ele é um ambiente “indireto”¹⁶ para o desenvolvimento físico e emocional da criança.

Outeiral (2007) acrescenta que, assim como não existe bebê sem mãe, também não existe mãe sem o pai ou sem uma família.

Nos seus primeiros meses de vida, a criança é cuidada, integralmente, pela mãe, e esta precisa receber os cuidados do pai e dos outros familiares. Porém,

¹⁶ Fiz uso do termo “indireto”, pois quem atende a criança diretamente é a mãe, o pai serve como “suporte” para ela.

com o evoluir dos meses, o cuidado materno para com a criança, transforma-se num cuidado oferecido por ambos os pais.

O pai, que cuidava da criança indiretamente – através de seu cuidado com a mãe – agora recebe a responsabilidade de cuidar e se adaptar às necessidades dos filhos.

Os pais precisam fornecer suprimentos para os filhos iniciarem a vida, proporcionando ao indivíduo uma boa transição entre o cuidado dos pais e a vida social. Isso permite ao indivíduo atingir sua maturidade emocional, pois encontra apoio e referências na família, o que facilita seu início na vida social, já que esse círculo ampliado (sociedade) retém simbolicamente a idéia de pai e mãe. *“Este fato constitui como um cimento da família, pois as figuras reais do pai e da mãe permanecem vivas na realidade psíquica e interior de cada um de seus membros”* (Winnicott, [1960] 2011, p. 133-134).

Levando em conta a importância do ambiente externo, a tarefa da família consiste em, frente as necessidades mutantes do indivíduo, proporcionar um ambiente afetivo, acolhedor e adaptado, em todo o ciclo vital, servindo assim como base para um desenvolvimento saudável do indivíduo permitindo sua maturidade, autonomia e transição da dependência para a independência.

O desenvolvimento sadio de uma pessoa vai depender do grau de adaptação das condições ambientais às suas necessidades, em qualquer momento de sua vida. Pois, o desenvolvimento saudável não é uma questão de verificação das condições físicas, mas, além disso, é uma questão de amadurecimento emocional.

Winnicott enfatiza o papel da família no estabelecimento da saúde individual. O termo saúde, para o autor, está relacionado a maturidade do sujeito.

O indivíduo maduro é aquele apresenta um grau satisfatório de desenvolvimento emocional compatível com sua idade cronológica, num ambiente adaptado às suas necessidades, em qualquer momento de sua vida.

As adaptações ambientais e os cuidados maternos vão mudando de acordo com o crescimento da criança, portanto, a maturidade vai sendo adquirida de acordo com desenvolvimento do indivíduo. Há uma maturidade “relativa” que vai

sendo alcançada em cada etapa do desenvolvimento, desde a infância até a fase adulta. Ou seja, as pessoas nunca deixam de amadurecer, claro, se houver um ambiente adaptado que lhe condições para isso.

A criança de dez anos que é saudável é madura para sua idade; o infante sadio de três anos tem a maturidade de um infante de três anos; o adolescente sadio é um adolescente maduro, e não um adulto precoce. O adulto sadio é maduro enquanto adulto, o que significa que já transpôs todos os estágios de imaturidade, isto é, todos os estágios maduros anteriores (Winnicott, [1960] 2011, p. 129).

A maturidade inicia-se com o cuidado materno e prolonga-se até os círculos sociais. O indivíduo transita da dependência para a independência, e a família é essencial para que esta transição ocorra satisfatoriamente, pois esta precisa apoiar esse movimento do indivíduo para a independência, não abandonando-o à mercê da vida.

[...] a família contribui de dois modos para a maturidade emocional do indivíduo: de um lado dá-lhe a oportunidade de voltar a ser dependente a qualquer momento; e de outro, permite-lhe trocar os pais pela família mais ampla, sair desta em direção ao círculo social imediato e abandonar esta unidade por outras ainda maiores (Winnicott, [1960] 2011, p. 137).

Quando a família oferece essa base para o indivíduo, ele consegue manifestar seus impulsos e sentir-se seguro. Um exemplo muito característico disso é o adolescente rebelde e dependente ao mesmo tempo.

Através dessa segurança e acolhimento proporcionado pela família, o indivíduo vai adquirindo independência e se relacionando com a sociedade, formando vínculos fora do lar. Nesse ponto surge a ideia de que a saúde social esta ligada a saúde individual.

Digamos que um homem ou uma mulher saudáveis sejam capazes de alcançar uma certa identificação com a sociedade sem perder muito de seus impulsos individuais ou pessoais (Winnicott, 2005, p. 09).

As relações interpessoais e o seu mundo externo, relacionam-se com o seu mundo interno. Todas as suas experiências acumuladas durante a primeira infância com a mãe e no decorrer da vida com outros membros da família, são internalizadas, e vão servir de referência para sua relação posterior com o mundo.

A mãe, como já foi dito, serve como um ego-auxiliar para o bebê, no processo de integração. Se há uma falha nesse “auxílio” proporcionado pelo ambiente, a criança precisará reagir a isso de algum modo, fazendo uso de processos intelectuais para suprir essa falha.

Uma criança que iniciou seu processo de desenvolvimento num ambiente que gerou muitas falhas ou que foi rompido, experimenta uma quebra na sua continuidade de ser e na confiança materna, o que pode gerar alguns traumas que deixarão marcas na criança, o que poderá interferir no seu amadurecimento.

Retomei um exemplo do início da vida do bebê e uma falha nessa relação inicial mãe-bebê, porém, no seu desenvolvimento, o indivíduo, poderá vivenciar outras falhas, como por exemplo, na família que não é acolhedora.

Essas falhas, quando não supridas, podem acarretar traumas para o indivíduo que vão determinar seu modo de se relacionar com o mundo externo, como por exemplo, ele pode tornar-se alguém inseguro, ou alguém que não adquiriu um senso de existir.

A saúde está relacionada a esse sentimento de sentir-se real, resultante de um ambiente satisfatório, que permitiu uma continuidade da existência, que se transforma num sentido de *self*, e por fim numa autonomia e maturidade.

A vida de um indivíduo saudável é caracterizada por medos, sentimentos conflitivos, dúvidas, frustrações, tanto quanto por características positivas. O principal é que o homem ou a mulher sintam que *estão vivendo sua própria vida*, assumindo responsabilidade pela ação ou pela inatividade, e sejam capazes de assumir aplausos pelo sucesso ou as censuras pelas falhas. Em outras palavras, pode-se dizer que o indivíduo emergiu da dependência para a independência ou autonomia (Winnicott, 2005, p. 10).

Para finalizar quero enfatizar que a família, entendida como ambiente e não, necessariamente, como parentes consanguíneos, é um componente

indispensável para a boa estruturação psicológica da criança.

Acredito que uma boa família é aquela capaz de apresentar um *feeling*¹⁷ com relação às necessidades dos seus membros. O importante, sendo ligação biológica ou não, é a família fornecer um ambiente estável e afetivo, que dê condições para que a criança se desenvolva e atinja sua maturidade.

¹⁷ Sensibilidade maior para com as necessidades dos seus membros.

IV. DISCUSSÃO – Interloções para a prática profissional

A partir de todas as considerações históricas e teóricas é possível pensar o ambiente contemporâneo em que vivemos. Com tantas mudanças sociais, mudança de papéis e de modelos familiares será que o ambiente, que diz respeito ao suporte oferecido para que o indivíduo tenha um bom desenvolvimento, foi afetado? O quanto ele foi afetado? Quais são as consequências desses efeitos?

Todas as mudanças que ocorreram no âmbito social, nos faz pensar sobre as transformações nas estruturas familiares, que constituem o ambiente facilitador, e nas condições do indivíduo contemporâneo.

Desde a família aristocrata até as configurações familiares atuais, é possível perceber que o ambiente em que a criança se desenvolve, veio sofrendo alterações ao longo dos anos.

Acredito que antigamente, o ambiente proporcionado para o desenvolvimento do indivíduo, era mais estável e sólido, ou seja, os cuidadores só se dedicavam a isso. Até mesmo na família aristocrata, onde as crianças não eram cuidadas pelos pais, mas sim pelas amas-de-leite e pelos servos, estes tinham uma função muito definida e específica no cuidado com o indivíduo. Apesar de ainda assim apresentarem falhas, como nas questões higiênicas.

Na família burguesa o cuidado ficou mais restrito ao lar, e isso, junto com a educação, eram as prioridades das mães, tanto que até mesmo quando os filhos adoeciam, elas eram culpabilizadas pela sua situação.

Já, nos dias atuais as crianças vivem sob o cuidado de várias pessoas e em diferentes lugares, e isso, a meu ver, pode tornar o ambiente instável. Um exemplo disso é de crianças que desempenham muitas atividades num mesmo dia, sendo “cuidadas” por diferentes pessoas, como a professora da escola, a babá, o professor de dança, o instrutor de natação, etc.

O ambiente foi pulverizado para vários locais e várias pessoas, o que pode ter seu lado positivo, pois as crianças são capazes de estabelecer diferentes vínculos, mas também tem seu lado negativo, pois o indivíduo, muito dificilmente, estabelece um vínculo afetivo que dê suporte necessário para o seu desenvolvimento.

É interesse destacar que essa pulverização do ambiente tem relação com os interesses individuais, o que reflete numa diminuição para com os interesses do outro.

A busca da satisfação pessoal tem feito com que as necessidades das crianças sejam deixadas de lado, ou atribuídas a terceiros, como por exemplo, a escola. Sim, esta instituição, nos dias de hoje, tem tido que dar conta de suprir o indivíduo em todas as esferas.

[...] crianças com idade suficiente para freqüentar a escola maternal, carecem daquela adaptação ativa às necessidades próprias das primeiras semanas e meses de vida. Elas talvez exijam essa adaptação de pessoas que não são seus pais de fato (Winnicott, 1950/2011, p. 35).

Visto que num ambiente pulverizado, as funções não ficam muito definidas, muitas das vezes, a escola é cobrada sobre cuidados que elas não têm condições de oferecer para o indivíduo. Ou seja, as crianças “requerem” dos professores aquilo que o lar não foi capaz de proporcionar.

Não atribuo isto às mães ou aos familiares, unicamente, mas a nossa sociedade que veio se transformando e, atualmente, tem se configurado dessa maneira.

Refletindo sobre esse ambiente proporcionado ao indivíduo, é possível pensar em duas possibilidades extremas: quando o ambiente é satisfatório e quando é falho.

Sobre esses dois extremos, Winnicott fala em democracia, de um lado, e tendência anti-social, de outro.

Um indivíduo que se desenvolveu em um ambiente adaptado e se constituiu de uma maneira saudável, reflete numa sociedade saudável, que funciona de maneira democrática. Winnicott atribuiu um significado psicológico à palavra *democracia*, sendo que esta é caracterizada por uma sociedade madura, que *“apresenta uma qualidade que é aliada à maturidade individual que caracteriza seus membros saudáveis”* (Winnicott, 2011, p. 228).

Quando proporcionamos às crianças um certo tipo de ambiente saudável, temos em vista determinado objetivo – a saber, o de tornar possível o crescimento de cada criança até o estado adulto, o qual, no coletivo, chama-se democracia (Winnicott, [1950] 2011, p. 30).

Numa sociedade democrática, está implicado o termo maturidade, ligado à ideia de um desenvolvimento saudável e bem ajustado dos seus membros.

O autor pontua a importância de se promover essa “saúde” – maturidade, já que existe um fator democrático inato que só pode *ser acalentando nos “lares bons e normais”* (Winnicott, 2011, p. 235)¹⁸. Ou seja, é em um ambiente satisfatório, que permita um desenvolvimento saudável do indivíduo, que pode ser fomentado esse fator democrático.

Nesta sociedade, neste momento, há maturidade suficiente no desenvolvimento emocional de uma proporção suficiente de indivíduos que a compõem, a ponto de existir uma tendência inata em direção à criação, à recriação e à manutenção da máquina democrática (Winnicott, 2011, p. 231).

Mais uma vez percebe-se a importância do ambiente (mãe, pai e família), para o desenvolvimento do indivíduo e, até mesmo, da sociedade. Silva¹⁹ (s.d), em seu blog *Rápidas conversas sobre Política, Psicanálise e Psicologia Social*, faz menção ao fator democrático discutido por Winnicott, e enfatiza que

Nada sustenta melhor uma democracia que a existência de um fator democrático em determinado percentual da sociedade, e isso resulta, por sua vez, em grande parte, de um desenvolvimento emocional saudável, sobre o qual o governo não deve interferir, mas oferecer apoios, como através, principalmente, da educação e de suportes psicológicos, além, evidentemente, de buscar condições para atenuar as carências materiais (Silva, [s.d]).²⁰

¹⁸ Esse conceito é usado por Winnicott para referir-se ao lar comum, costumeiro e não a uma noção de normal como contrario a patológico.

¹⁹ Mestre em Ciência Política (PUC-SP) e em Psicologia Social (USP), Especialista em Sociopsicologia (FESP-SP) e Psicanálise (CEP-SP), e Graduado em História (CEUB-DF). Associado à ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política).

²⁰ WINNICOTT e o “Fator Democrático”: Estamos formando cidadãos ou consumidores? Disponível em: <http://cenapolitica.wordpress.com/consumo-e-cidadania/winnicott-e-o-fator-democratico-estamos-formando-cidadaos-ou-consumidores/>

O ambiente familiar é de extrema importância para o desenvolvimento desse fator, porém, é necessário que se dê condições para que o ambiente seja satisfatório. Assim, como o pai fornece “segurança” para a mãe, que por sua vez promove um ambiente satisfatório para o bebê; o governo, precisa também dar esse “suporte”²¹ para a família.

Tomemos agora o outro extremo do ambiente, que é quando há falhas ou perda do ambiente para a criança.

Quando a família permanece intacta, cada indivíduo tem diante de si uma melhor oportunidade de ingressar na vida social. Porém, quando a família se rompe e não é fornecido um outro ambiente para a criança podem surgir as carências emocionais.

Como consequência disso, muitas das vezes, pode-se constituir uma *tendência anti-social* no indivíduo. Winnicott começou a estudar a tendência anti-social a partir da separação de crianças e adolescentes das famílias.

A conduta anti-social está relacionada com uma experiência de privação e na sua base está algo bom que foi perdido

Uma criança *sofre privação* quando passam a lhe faltar certas características essenciais da vida familiar. Torna-se manifesto um certo grau do que poderia ser chamado de ‘complexo de privação’. O *comportamento anti-social* será manifesto no lar ou numa esfera mais ampla (Winnicott, [1956] 2005, p. 138).

A tendência anti-social funciona como uma defesa organizada para lidar com uma privação do ambiente.

O ambiente se adapta à criança e esta se sente segura, confiante e atendida nas suas necessidades, porém, quando, de repente, o ambiente começa a falhar, e em alguns momentos essa falha é muito maior do que a criança pode aguentar, isso se torna em algo insustentável para a criança. E, para que ela não sinta essa agonia, a criança se organiza defensivamente para reivindicar algo que

²¹ Com o termo suporte refiro-me a boas condições de vida para a família que cria o indivíduo, fornecendo saúde, educação, habitação, etc.

o ambiente não lhe fornece mais e que ela sente ter direito.

Portanto, essa conduta é uma reivindicação de algo que lhe foi retirado pelo ambiente, como diz Winnicott ([1950] 2011), “*os sintomas anti-sociais são como que uma busca, às apalpadelas, por um ambiente sadio, e são sinais de esperança*” (p. 199).

A tendência anti-social é caracterizada por mentiras, enurese noturna, destruição, malcriação, “roubo”, etc., e ela pode tornar-se em delinquência, quando o ganho secundário é maior do que o produto da reivindicação.

Os conceitos de *tendência anti-social* e de *democracia*, discutidos por Winnicott, têm diversas implicações, porém, utilizei-me deles, pontualmente, a fim de elucidar questões pertinentes ao presente trabalho, onde se pretendeu pensar as contribuições da família para o desenvolvimento do indivíduo.

Portanto, é importante pensar nas contribuições que a família pode trazer para o desenvolvimento da criança. O ambiente oferecido ou retirado do indivíduo, pode acarretar consequências boas ou ruins no seu desenvolvimento. Visto que, um ambiente facilitador pode permitir que o processo de desenvolvimento ocorra de maneira satisfatória e culmine na saúde e na maturidade do sujeito. Ou, caso contrário, num ambiente falho e que ocasione a privação, o indivíduo pode ter um desenvolvimento “perturbado”. Ambos os casos refletem na sociedade, seja de maneira satisfatória, como no caso da democracia, ou de maneira insatisfatória, como no caso da delinquência.

Além dessa reflexão teórica, é de extrema importância pensar essas questões na prática, pensando na nossa realidade social e no papel do psicólogo. Tentarei ilustrar esse pensamento, tomando como referência um fenômeno presente e que vem crescendo ao longo dos anos: a separação.

As taxas de divórcio, após sua legalidade, vem aumento ano após ano. Portanto, cabe a questão: se a família é um ambiente extremamente importante para o bom desenvolvimento da criança, como esta fica diante da separação dos pais?

Essas situações são normalmente desestruturantes para a criança, porque as etapas de seu desenvolvimento afetivo coincidem

com os profundos distúrbios afetivos que atingem a mãe ou o pai, ou ambos, num momento em que estes deveriam ter garantido sua segurança (Dolto, 1989, p. 64).

Podemos pensar na noção de segurança discutida por Winnicott, em que as crianças precisam sentir-se confiantes com relação às pessoas e ao mundo, ou seja, é necessário uma confiabilidade ambiental. O que permite à criança viver uma vida pessoal e individual.

Winnicott ([1960] 2011) pontua que quando as crianças adquirem um senso de segurança, elas conseguem conservarem-se seguras, mesmo frente à insegurança, como por exemplo, em caso em que o lar se desfaz.

Pensando nisso, é possível afirmar que, essas situações de separação, afetam à criança e sua segurança, pois seu ambiente foi alterado. Portanto, se essa separação ocorre quando a criança já chegou a um nível de desenvolvimento e conseguiu atingir um sentido de segurança, ela consegue “suportar” essa situação. Mas, e se a criança ainda é muito nova e não chegou nesse nível de desenvolvimento, como fica esse senso de segurança?

Essa é uma das indagações que os profissionais, que lidam com questões familiares, precisam se debruçar e refletir sobre.

A separação dos pais pode gerar uma falha ambiental e culminar para um desenvolvimento pouco sadio da criança, e podemos perceber esse fato nos dias atuais, onde a tendência, resultado de privação, adquire grande relevância. Por isso é importante tentar manter um ambiente satisfatório, mesmo quando ocorrer perdas.

Dolto (1989), em seu livro “*Quando os pais se separam*”, pontua que na vida das crianças existem três *continuum*:

- o *continuum* do corpo
- o *continuum* da afetividade
- o *continuum* social

Os *continuum*s da criança são seu corpo e sua afetividade, portanto, quando os pais vão embora, ou a família se desestrutura, a criança vive uma perda no seu ambiente, tanto em nível espacial, que repercute em seu corpo,

quanto em nível da afetividade, através dos sentimentos ambíguos vividos pela criança.

Já o *continuum* social refere-se ao seu ser social, ou seja, suas relações. Quando ocorre, no caso, uma separação, muitas das vezes, esse aspecto da vida da criança acaba sendo danificado, pois ela acabará perdendo alguns de seus contatos sociais, como por exemplo, amigos de escola, de bairro, etc.

Sobre o nível espacial - corpo, podemos pensar, mais uma vez, na questão de integração a que Winnicott se refere.

A família contribui para esse continuum e, principalmente quando as crianças são muito novas, uma desestruturação nesses âmbitos, pode acarretar consequências para o seu desenvolvimento. Winnicott postula que quando a criança perde o seio ela também perde a boca que o usufrui²², ou seja, a criança perde essa capacidade de integração psique-soma e há uma quebra na sua *continuidade do ser* (Winnicott) – *continuum* (Dolto, 1989).

Acredito que seja de extrema importância avaliar o ambiente da criança, o seu passado e pensá-lo no futuro, refletindo sobre o quanto, certas perdas podem acarretar no seu desenvolvimento e qual seria um ambiente adequado para que o indivíduo se constitua como saudável.

Quando não é possível esse *continuum* na família, é necessário um “ambiente familiar”, ou seja, um local que dê condições para esse *continuum* se efetivar e a criança possa ter um desenvolvimento saudável.

Pensando um pouco na nossa prática profissional, qual a postura do psicólogo frente a essas questões?

Os profissionais precisam se apropriar desse campo e conhecer o que ocorre com a criança quando o seu ambiente é destruído ou ameaçado, e pensar sobre os cuidados que devem ser dispensados às crianças que foram privadas da vida familiar, pois, alguns casos de carência são criadas por causa de um mau encaminhamento da criança, ou seja, ela foi encaminhada para um *ambiente* que não teve condições de lhe ser satisfatório.

Além de se deparar com questões individuais e familiares nos consultórios

²² O seio refere-se a mãe, e a boca refere-se ao próprio corpo da criança.

particulares, há instancias nas quais o trabalho do profissional é mais pontual nessas questões, como por exemplo, penso no psicólogo atuando numa *Vara de Família*, em um caso de separação dos pais, onde há uma briga pela guarda do filho e o profissional precisa avaliar as condições familiares e fazer um *laudo* que contribuirá para a decisão do juiz sobre o futuro da criança. Como enfrentar essa situação?

Depois de refletir sobre a família, suas mudanças e sua importância na vida do sujeito, é necessário levar em conta todas as questões da criança, dos pais e da família. E, acredito que isso não seja uma tarefa fácil.

Visto que, o ambiente é de extrema importância, penso numa interlocução prática, levando em consideração o que escreveu Winnicott ([1950] 2011), sobre a avaliação de carência, para se descobrir a melhor maneira de ajudar uma criança carente.

Nossa primeira atitude deve ser a de determinar qual o grau de desenvolvimento emocional normal atingido pela criança no começo da vida a um ambiente suficientemente bom (I - a relação entre bebê e mãe; II – a relação triangular entre pai, mãe e criança); depois, à luz dessa informação, tentar avaliar o estrago acarretado pela provação, no momento em que ocorreu e nas épocas subsequentes. Assim, o levantamento da história do caso é tarefa importante (Winnicott, [1950] 2011, p. 195).

O autor postula seis categorias para classificar os lares desintegrados, que ajudarão a pensar nessa dinâmica familiar e na história do caso.

1) Lar bom e normal, rompido pela morte de um ou ambos os pais, 2) lar rompido pela separação dos pais, que desempenhavam bem sua função parental, 3) lar rompido pela separação dos pais, que não desempenhavam bem sua função parental, 4) lar incompleto pela ausência do pai, quando o filho é ilegítimo, mas a mãe é boa, 5) lar incompleto pela ausência do pai, quando o filho é ilegítimo, mas a mãe não é boa, 6) nunca houve um lar (Winnicott, [1950] 2011, p. 195).

Todas essas dinâmicas devem ser pensadas, articulando-se com a idade da criança e a idade que ela tinha quando o lar foi desintegrado. É de extrema importância levar tudo isso em consideração para se pensar na história do caso,

pois é a partir disso que será possível procurar proporcionar para a criança um ambiente suficientemente bom e que ela seja capaz de aproveitá-lo.

Precisamos conhecer o que ocorre à criança quando um bom ambiente é destruído, ou quando esse bom ambiente nunca chegou a existir; esse conhecimento envolve um estudo de todo o desenvolvimento emocional do indivíduo (Winnicott, [1950] 2011, p. 197).

Além disso, é necessário ouvir a criança, levar em consideração o que ela fala e o que ela “quer”, pois assim será possível conhecer sobre o melhor para a criança, que nem sempre é o melhor que nós imaginamos. Afinal, às vezes, soluções racionais não são as que fazem sentido para a criança, ou seja, aquilo que parece ser bom, como por exemplo, ser cuidada por familiares em caso de desintegração do lar, pode não ser a melhor solução, quando estes familiares não têm condições de oferecer um ambiente satisfatório para a criança, tanto material quanto afetivamente²³.

De posse de todas essas informações, o procedimento necessário é o de fornecimento de alternativa à família, que podem ser: pais adotivos, pequenas instituições, abrigos, etc., contanto que deem condições para a plena recuperação da saúde do indivíduo e/ou condições para o seu desenvolvimento satisfatório.

Portanto, é necessário refletir sobre essas questões e procurar fornecer, para o indivíduo que *perdeu o lar*, uma alternativa, um ambiente em que ele seja cuidado e tenha condições de se desenvolver.

Encerro falando que, nós, psicólogos, temos parte na responsabilidade de proporcionar, para a criança, uma continuidade de seu desenvolvimento. Para isso, precisamos nos apropriar dessas questões, refletindo sobre a importância da família no desenvolvimento individual.

Quando o lar é suficientemente bom, é ele o melhor lugar para a criança se desenvolver (Winnicott, [1950] 2011, p. 194-195), porém, quando não há esse lar, precisamos, ainda assim, pensar no melhor lugar para a criança se desenvolver.

²³ Uso os termos “às vezes” e “pode não ser”, mostrando que isso não é regra, mas que é algo provável de acontecer, portanto devemos estar atentos sobre o que vem a ser esse *melhor* para a criança.

Considerações Finais

Nos dias atuais encontramos diferentes configurações familiares que nos fazem refletir sobre o quanto o ambiente, que dá condições para o desenvolvimento da criança, tem sido afetado.

Dia após dia presenciamos famílias sendo *desintegradas* e rearranjadas, formando assim, uma nova configuração.

Os motivos dessas desestruturações ainda não são claros, apesar de haverem hipóteses, como por exemplo, a busca de satisfação pessoal, que foi apontado no capítulo dois como uma das razões que justificam esse fato.

As consequências dessa ocorrência podem refletir, diretamente, no ambiente do indivíduo, já que numa desestruturação, esse ambiente, que precisa ser satisfatório para o seu bom desenvolvimento, é abalado.

É importante ressaltar que um ambiente satisfatório é aquele que dá condições para o indivíduo se desenvolver, porém, nem sempre ele é encontrado no próprio lar da criança. Mas, é óbvio que um lar suficientemente bom é o melhor lugar para a criança se desenvolver. Portanto, é necessário pensar em outras alternativas para que o indivíduo tenha a continuidade de um ambiente saudável, pois isso vai refletir numa sociedade saudável.

A sociedade existe como uma estrutura ocasionada, mantida e constantemente construída e reconstruída por indivíduos. Não há realização pessoal sem sociedade, assim como é impossível existir sociedade independente dos processos coletivos de crescimento dos indivíduos que a compõem (Winnicott [1975] apud Amorim [s.d.]).

Penso que a busca de alternativas é imprescindível, mas, para isso, é necessário conhecer e refletir sobre todas essas questões que envolvem a família e a falta dela na vida do indivíduo. Por isso, acredito que essa área seja de muita importância para a inserção do psicólogo.

Há muito tempo que se reconhece a importância do lar para o desenvolvimento individual; em tempos recentes, os psicólogos têm descoberto muitas coisas a respeito dos modos pelos quais um lar estável habilita as crianças a conhecerem a si mesmas e aos outros, bem como a qualificarem-se para tornarem-se membros da sociedade mais ampla (Winnicott, 2011, p. 236).

Pensando na atuação em *Varas de família*, por exemplo, o psicólogo tem um papel primordial para proporcionar a continuidade de um desenvolvimento saudável, pois, estamos numa posição onde estabelecemos contato com as famílias e crianças, além de também com um juiz que decidirá sobre seu futuro.

Visto que, o número de famílias rompidas tem aumentado e pensando no quanto esse ambiente contribui para o desenvolvimento do indivíduo, é de extrema importância a apropriação desse campo por nós, psicólogos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALECRIM, Michel & CARDOSO, Rodrigo. Casamento sob medida. *Isto É – Comportamento*. [S.l.]. 15 jul. 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/146978_CASAMENTO+SOB+MEDIDA>. Acesso em: 16 mar. 2012.
- AMORIM, Sandra Maria F. Adolescência e Família. In: Curso de extensão *Formação Continuada para os Profissionais do Sistema Socioeducativo de Mato Grosso do Sul* [s.d.]. Disponível em: <http://www.crpms.org.br/arquivos/site_artigos_673037726.pdf>. Acesso em: 07 maio 2012.
- BIRMAN, Joel. Laços e desenlaces na contemporaneidade. In: *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, v. 40, n. 72, p. 47-62, jun. 2007.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Família... o que está acontecendo com ela?. In: BOCK, Ana M. B. et al. *Psicologias. Uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001, p. 247-257.
- CELERI, Eloisa Helena R. V. A mãe devotada e seu bebê. In: PINTO, Manuel da Costa (org.) *O livro de ouro da Psicanálise*. O pensamento de Freud, Jung, Melanie Klein, Lacan, Winnicott e outros. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 421-434.
- CONSTITUIÇÃO Federal Brasileira (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 abril 2012.
- DIAS, Maria Berenice. Família Homoafetiva. [S.l.]. [s.d.]. Disponível em <http://www.mariaberenicedias.com.br/uploads/28_-_fam%EDlia_homoafetiva.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2012.
- DOLTO, Françoise. Col ANGELINO, Inès. *Quando os pais se separam*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- ENFOQUE psicopedagógico família e escola. In: *Psicopedagogia*. [S. n. t.]. Disponível em: <<http://www.universoautista.com.br/autismo/modules/sections/index.php?op=viewarticle&artid=222>>. Acesso em: 20 ago. 2011.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. In: *Psicologia: Reflexão e*

Crítica. Porto Alegre, v. 11, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721998000200014&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 fev. 2012.

- GUERREIRO, Fátima Maria Marins. *A Família Homoafetiva e os Principais Desafios*. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/uploads_trabalho_tese/a_familia_homoafetiva_e_os_principais_-_ftima_guerreiro_-_verso_ibdfam.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2012.
- GWERCMAN, Sérgio. O Brasil e os homossexuais: sim. *Super Interessante*. [S.l.]. Junho 2004. Disponível em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/brasil-homossexuais-sim-444558.shtml>. Acesso em: 14 mar. 2012.
- JABLONSKI, Bernardo. Até que a vida nos separe: o enfoque psicossocial. *Temas em Psicologia*. Rio de Janeiro, n. 2. 1994.
- MAIA, Lucimara. A família tradicional. In: *Mestrado*. [S.l.], [s. d.]. Disponível em: <http://lucimaramaia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=8>. Acesso em: 20 ago. 2011.
- MOTTA, Severino. Supremo reconhece união estável homoafetiva. *Último Segundo*. Brasília. 05 maio 2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/stf+retoma+juizamento+sobre+direito_s+de+casais+homossexuais/n1300151572835.html>. Acesso em: 14 mar. 2012.
- NASCIMENTO, Arlindo Mello. População e família brasileira: ontem e hoje. In: *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*. Minas Gerais. 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2011.
- NETO, Orestes Forlenza. Constituição do si-mesmo e transicionalidade. In: PINTO, Manuel da Costa (org.) *O livro de ouro da Psicanálise. O pensamento de Freud, Jung, Melanie Klein, Lacan, Winnicott e outros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 405-412.
- NÚMERO de divórcios no Brasil é o maior desde 1984, diz IBGE. *G1 Brasil*. São Paulo. 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/numero-de-divorcios-no-brasil-e-o-maior-desde-1984-diz-ibge.html>>. Acesso em: 01 mar. 2012.
- OUTEIRAL, José. Famílias e Contemporaneidade. In: *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, v. 40, n. 72, p. 63-73, jun. 2007.

- REIS, José R. Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: REIS, José R. Tozoni et al. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2010, p. 99-123.
- RIBEIRO, Rosa Maria F. *Adoção emocional em famílias de recasamento: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/rosa_mariaferreiraribeiro.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2012.
- RODMAN, F. Robert. Introdução. In: WINNICOTT, D. W. *O Gesto Espontâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. XIII – XXXI.
- SANTOS, Jonabio Barbosa & SANTOS, Morgana Sales Costa. Família monoparental brasileira. In: *Revista Jurídica Brasileira*. [s.l.] V. 10, n. 92, 2008-2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2012.
- SILVA, Flávia Mendes. In: *Antigos e novos arranjos familiares: um estudo das famílias atendidas no serviço social*, [s. d.]. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/ANTIGOS%20E%20NOVOS%20ARRANJOS%20FAMILIARES.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2011.
- TRAVIS, Susan. *Construções Familiares: Um Estudo Sobre a Clínica do Recasamento*. Rio de Janeiro. Jan. 2003. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/9916776_03_completo.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- WINNICOTT, D. W. *A família e o desenvolvimento individual*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- WINNICOTT, D. W. Objetos transicionais e Fenômenos transicionais. In: *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 13-44.
- WINNICOTT, D. W. *Tudo começa em casa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.